



Companhia Siderúrgica Nacional

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025



Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia Siderúrgica Nacional (“Companhia”) acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 11h, sob a forma exclusivamente digital (“Assembleia”), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81/22”), que irá deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;

Propomos que os acionistas da Companhia aprovelem integralmente as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”), acompanhadas pelo Relatório da Administração, o relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, conforme divulgados nos websites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csn.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), e publicadas no jornal Folha de São Paulo – Edição Regional, na edição do dia 21 de março de 2025.

Esclarecemos, por oportuno, que as Demonstrações Financeiras preparadas pela Diretoria Executiva foram consideradas adequadas pelos auditores independentes, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, conforme Relatório dos Auditores Independentes, Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria constantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas, aprovadas pelo Conselho de Administração em Reunião realizada em 12 de março de 2025, cuja ata foi disponibilizada pela Companhia nos websites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.Net.

Ainda, a Companhia informa, em cumprimento ao artigo 10, inciso III, da RCVM 81/22, que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência da Companhia, estão previstos no Anexo I desta Proposta da Administração.

2. Destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.538.141.309,38 (um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, cento e quarenta e um mil, trezentos e nove reais e trinta e oito centavos), propomos que o resultado seja integralmente absorvido pela reserva de lucros, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”).

Por fim, conforme previsto no item 3.4.2.1 do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP a Companhia informa que o Anexo A da RCVM 81/22 não será apresentado devido à apuração de prejuízo no exercício social de 2024.

3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração

O Estatuto Social prevê, em seu artigo 14, que o Conselho de Administração é composto por até 11 (onze) membros. Assim, os acionistas devem, primeiro, votar quanto ao número de membros que integrarão o Conselho de Administração para esse próximo mandato e, em sequência, eleger os Conselheiros.

Com isso, propõe-se a manutenção do número de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração para o mandato que se iniciará na Assembleia, sendo 1 (um) deles o candidato indicado pelos empregados da Companhia, nos termos do artigo 14 §2º do Estatuto Social.

O número de membros acima informado poderá ser acrescido por decisão a ser tomada pelos acionistas na Assembleia, e, de acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada através de 3 (três) sistemas de votação, quais sejam: (i) via processo de votação majoritária em chapa (“Votação Majoritária”); (ii) por processo de voto múltiplo (“Voto Múltiplo”) a pedido de acionistas minoritários, nos termos do artigo 141 da Lei das S.A.; ou (iii) via processo de voto em separado (“Eleição em Separado”) nos termos do artigo 141, § 4º da Lei das S.A., em todos os casos desde que sejam atendidos os requisitos legais.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração

Diante do bom desempenho durante o seu mandato e da assiduidade de seus integrantes nas reuniões, propõe-se para compor o Conselho de Administração a reeleição da chapa a seguir, indicada pelos acionistas controladores da Companhia: Benjamin Steinbruch, Antonio Bernardo Vieira Maia, Yoshiaki Nakano e Miguel Ethel Sobrinho. Nos termos do artigo 140, parágrafo 2º da Lei das S.A., bem como do artigo 5º e seguintes do Anexo K, da Resolução CVM 80/22, conforme autodeclaração, são considerados membros independentes: Antonio Bernardo Vieira Maia, Yoshiaki Nakano e Miguel Ethel Sobrinho. Os conselheiros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social.

Além dos candidatos indicados pelos acionistas controladores, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 do Estatuto Social, uma vaga será reservada ao representante dos

empregados, sendo indicado o Sr. Fabiam Franklin para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 11 da RCVM 81/22, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia acima indicados, bem como do representante dos empregados, encontram-se detalhadas no Anexo II desta proposta.

Em atendimento às regras estipuladas na Lei das S.A., destacam-se a seguir alguns cenários de sistema de votação que podem se verificar no processo de eleição de membros do Conselho de Administração durante a Assembleia.

Votação Majoritária

O procedimento padrão para a eleição dos membros do Conselho de Administração é a Votação Majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. O presidente da Assembleia colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador e pelos acionistas minoritários da Companhia.

O artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Sendo assim, na eleição para o Conselho de Administração, são eleitos os candidatos que receberem as maiores quantidades de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Ressalta-se que a requisição para adoção do Voto Múltiplo deverá ser feita por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, de acordo com a Resolução CVM nº 70/22. Nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia por meio de notificação escrita entregue à Companhia ou por meio do Boletim de Voto a Distância. Uma vez recebida a requisição e atendidos os requisitos legais, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas informando que a eleição do Conselho de Administração se dará por esse processo.

Eleição em Separado

A Lei das S.A. garante ainda o direito aos acionistas de elegerem 1 (um) membro do Conselho de Administração por Eleição em Separado, sem a participação do acionista controlador, desde que sejam detentores, individualmente ou em conjunto, de pelo

menos 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, observado o disposto no artigo 141, §6º da Lei das S.A.

Dessa forma, o acionista que queira solicitar a Eleição em Separado, bem como eleger em separado membro do Conselho de Administração, deverá, na forma do artigo 141, §6º da Lei das S.A: comprovar a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

É recomendável que o acionista apresente à Companhia, junto com os demais documentos exigidos para o seu credenciamento, o extrato de posição acionária emitido pela entidade competente, destacando a titularidade ininterrupta das ações, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. Contudo, em observância ao disposto no artigo 6º, § 5º, da RCVM 81/22, a Companhia não condicionará o exercício de direitos em assembleia à apresentação de documentos de comprovação da titularidade ininterrupta das ações que possam ser objetivamente verificados com base nos registros já detidos pela Companhia, inclusive aqueles fornecidos pelo depositário central e pelo escriturador.

5. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025

A administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, no montante de até **R\$ 106.851.604,82**.

Adicionalmente, para fins de melhor compreensão das mudanças propostas entre (i) a remuneração efetivamente reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e (ii) a remuneração proposta para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, considerando o número total de administradores e sua remuneração máxima conforme previsto no Anexo III desta Proposta, segue abaixo quadro comparativo indicando as principais diferenças apuradas:

Órgão	REMUNERAÇÃO PROPOSTA EM 31/12/2025	REMUNERAÇÃO PROPOSTA EM 31/12/2024	REMUNERAÇÃO EFETIVA EM 31/12/2024
Conselho de Administração	R\$ 5.504.112,00	R\$ 5.504.112,00	R\$ 1.620.000,00
Diretoria Executiva	R\$ 99.765.541,26	R\$ 92.974.127,00	R\$ 58.014.721,29
Conselho Fiscal	R\$ 1.581.951,56	R\$ 1.392.022,10	R\$ 645.936,83
Total Global	R\$ 106.851.604,82	R\$ 99.870.261,10	R\$ 60.280.658,12

Em atendimento ao artigo 13 da RCVM 81/22, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas na seção 8 do Formulário de Referência encontram-se no [Anexo III](#) a esta Proposta.

Por fim, a Administração informa que a participação dos Acionistas na Assembleia poderá ser por si, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de Boletim de Voto a Distância, nos termos da RCVM 81/22, conforme alterada e de acordo com as instruções contidas no Manual para Participação na Assembleia.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Administração

Companhia Siderúrgica Nacional

ANEXO I

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(conforme item 2 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Em atenção ao disposto no Art. 10, III, da RCVM 81/22, seguem abaixo as informações de acordo com o item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 - Os comentários a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

As informações financeiras incluídas neste item do Formulário de Referência, exceto quando mencionado de outra forma, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, e que são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), relativas aos períodos/exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csn.com.br/>).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento, como demonstrado nas tabelas a seguir, ressaltando a forte evolução da receita líquida, margem bruta, EBITDA e geração de caixa.

O EBITDA ajustado acumulado em dezembro de 2024 apresentou uma redução percentual de 14,08% na comparação ao mesmo período de 2023, atingindo um valor de R\$ 10.230 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustada de 22,4%. Essa redução de rentabilidade é consequência direta da piora dos preços do minério de ferro.

No acumulado do período findo em dezembro de 2024, a companhia registrou um

consumo de caixa R\$ 2.786 milhões, o que representa uma redução de R\$ 2.371 milhões em comparação ao mesmo período de 2023, decorrente de um forte investimento em CAPEX, aumento de pagamento de juros e impostos e uma menor geração de caixa operacional observada.

	Índice	Índice	Índice
Descrição do índice	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Liquidez Corrente	1,58	1,32	1,36

Em dezembro de 2024, a Companhia apresentou 1,58 de índice de liquidez corrente, aumento percentual de 19,8%, comparando ao índice de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou 1,32 de índice de liquidez corrente, redução percentual de 2,9% quando comparamos com o índice do ano anterior e em 31 de dezembro de 2022 apresentou 1,36.

A estratégia financeira da Companhia tem como foco a desalavancagem, buscando a redução do custo de capital para os menores níveis possíveis, por meio de alongamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

A receita líquida acumulada de 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 43.687 milhões, o que representa uma diminuição de 3,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 45.438 milhões.

Os indicadores foram mensurados conforme os seguintes termos:

- I. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, do resultado de participação em investimentos, do resultado de outras receitas/despesas operacionais e inclui a participação proporcional de 37,27% do EBITDA da controlada em conjunto MRS Logística.
- II. A margem EBITDA é calculado a partir da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida gerencial.
- III. O índice de liquidez corrente é calculado a partir da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
- IV. A margem líquida é calculada a partir da divisão do lucro líquido pela receita líquida.

O quadro a seguir reflete a condição financeira da Companhia nos últimos três exercícios e/ou período:

Valores em R\$ milhões	dez/24	dez/23	dez/22
Empréstimos e financiamentos	56.915	44.859	40.919
(-) Caixa e equivalentes / Aplicações	24.222	17.579	13.448
Dívida Líquida	32.693	27.280	27.471

b) Estrutura de capital:

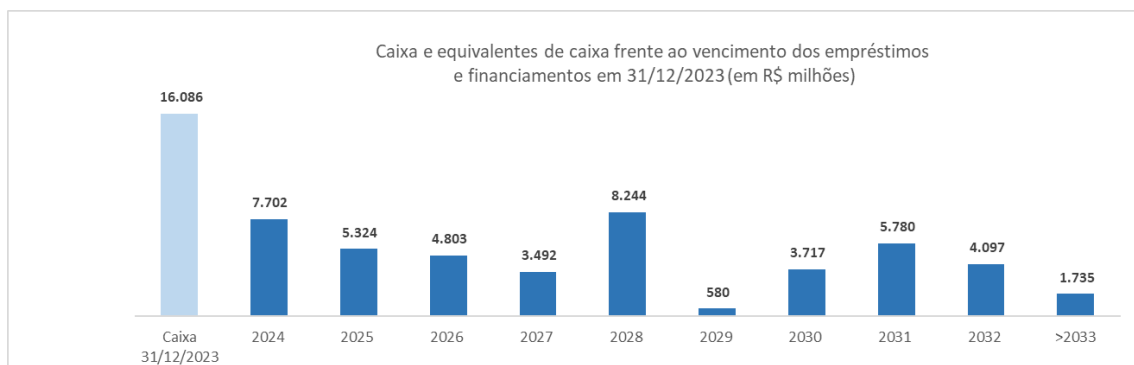
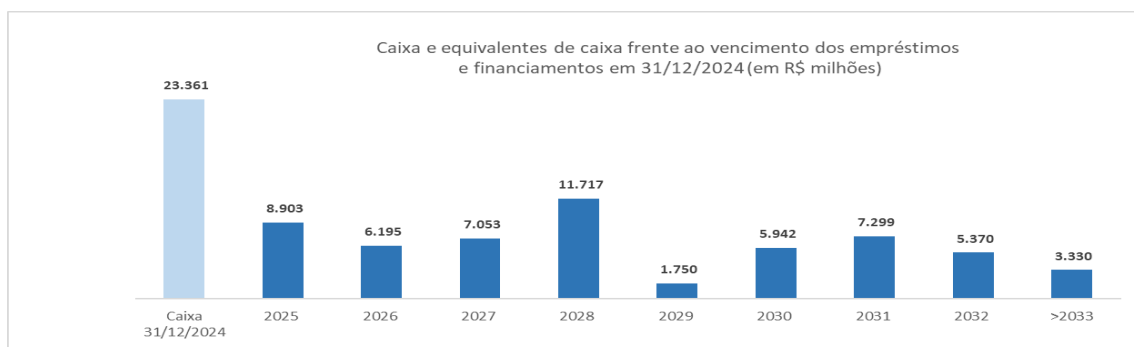
A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

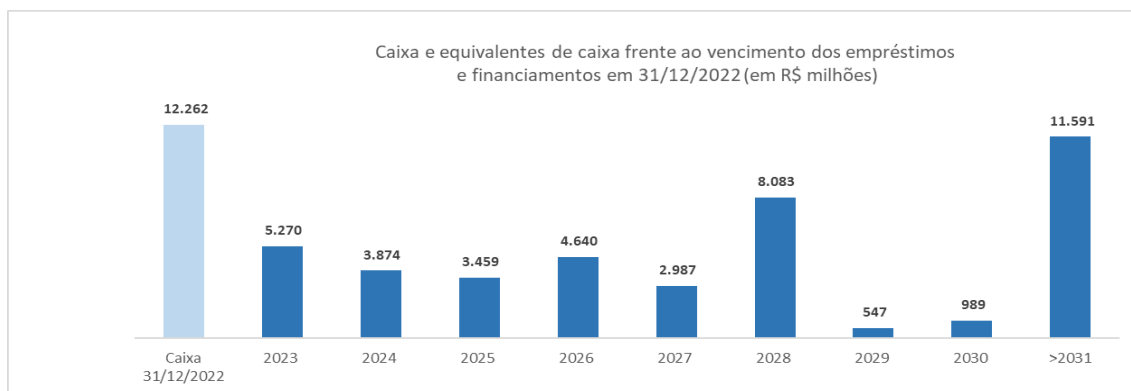
Valores em R\$ milhões	dez/24	dez/23	dez/22
Patrimônio (capital próprio)	15.459	19.685	21.816
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	88.448	71.845	63.538
Passivo total	103.907	91.530	85.354
Capital próprio / Passivo Total (%)	14,88%	21,51%	25,56%
Capital de terceiros / Passivo Total (%)	85,12%	78,49%	74,44%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez que lhe permite honrar com seus compromissos de curto prazo.

Os gráficos a seguir demonstram o caixa e equivalentes de caixa frente aos vencimentos dos empréstimos e financiamentos na data de 31 de dezembro para os exercícios de 2024, 2023 e 2022:





d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas: Atribuído

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizados pela Companhia foram linhas de *trade finance*, títulos de dívida emitidos em mercados externos (*BONDS*), debêntures, nota de crédito à exportação (NCE), pré-pagamentos de exportação (PPE) e adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC), venda de recebíveis, cessão de crédito com fornecedores, além de recursos próprios. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 2.1(f).

Ao longo do ano de 2024, a Companhia realizou diversas operações de captação. Dessas transações destaca-se a 15ª e 16ª emissão de debêntures incentivadas no valor total de R\$ 800 milhões e R\$ 500 milhões respectivamente, cujos vencimentos estão escalonados entre 2032 a 2039, sendo os recursos líquidos captados a serem utilizados na implantação do projeto de investimento em infraestrutura no setor de logística e transporte apresentado pela Transnordestina Logística S.A. e investimento em infraestrutura no setor elétrico pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – Geração. Operações bilaterais com bancos nacionais e internacionais através de instrumentos como pré-pagamento de exportação, nota de crédito à exportação e adiantamento sobre contrato de câmbio no valor total de R\$ 3,7 bilhões cujo vencimento está escalonado entre 2025 a 2029.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez: Atribuído

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos e negociar com seus fornecedores.

Também com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, o quadro demonstração os empréstimos, financiamentos e debêntures no curto e longo prazo:

R\$ (em milhões)	dez/24	dez/23	dez/22
Curto prazo	8.899	7.702	5.270
Longo prazo	48.660	37.772	36.171
Dívida bruta ¹	57.559	45.474	41.441

(1) O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima não inclui os custos de transação.

Em linha com seu objetivo, a Companhia segue bastante ativa com o alongamento do prazo de amortização, com foco em operações de longo prazo e no mercado de capitais local.

A Companhia captou e amortizou empréstimos, financiamentos e debêntures durante o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Natureza da captação (em milhões)	Captações	Vencimentos	Amortizações de principal	Consolidado
				31/12/2024
Pré - Pagamento	1.368	2027	(910)	(602)
Bonds , ACC, CCE e Facility	5.764	2025 a 2027	(3.895)	(1.546)
BNDES-FINAME/INEP, Debêntures, CNE, Facility e CCB	3.048	2025 a 2029	(2.122)	(1.905)
	10.181		(6.927)	(4.052)

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, apresentados no passivo circulante e não circulante, são:

(em milhões)	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	TOTAL
2025	5.793	3.109	8.903
2026	3.744	2.451	6.195
2027	3.092	3.961	7.053
2028	9.588	2.129	11.717
2029	661	1.089	1.750
2030 a 2032	14.523	4.088	18.611
Após 2032	445	2.885	3.330
	37.847	19.712	57.559

Garantias

As garantias, concedidas em razão dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia, são constituídas de bens do ativo imobilizado, avais, fianças e garantias fiduciárias sobre recebíveis, títulos e ações de sua titularidade, não contemplando garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Em 31 de dezembro de 2024, as dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei em caso de eventual concurso de credores da Companhia. Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$24.667 milhões, ou 42,86%, correspondente a obrigações de natureza quirografária, em comparação a R\$23.603 milhões, ou 51,90% em 31 de dezembro 2023 e R\$ 36.350 milhões, ou 88,83% em 31 de dezembro de 2022. As obrigações de natureza quirografária compreendem: (i) dívidas sem garantia real; e (ii) dívidas com garantia fidejussória.

As obrigações quirografárias estão sujeitas (observada a preferência conferida por lei às obrigações de natureza trabalhista e tributária, em caso de eventual concurso de credores) à preferência das dívidas da Companhia que contam com garantias reais, sendo que estas totalizavam, em 31 de dezembro de 2024, R\$6.415 milhões, ou 11,14%, da soma do passivo circulante e não circulante da Companhia, em comparação ao montante de R\$509 milhões, ou 1,12%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2023 e de R\$4.569 milhões, ou 11,17%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2022.

- (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições Atribuído

A Companhia está sujeita a restrições ou obrigações adicionais, incluindo com relação à manutenção de índices financeiros, distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições similares de capital e alienação de controle acionário, que poderão ser objeto de *waivers* e/ou de prazos de cura, se assim concedidos pelas contrapartes à Companhia, tais como: restrições, incluindo quanto a (i) alienação de controle ou redução da participação societária da acionista controladora, (ii) fusão, incorporação ou transferência de parte substancial dos ativos da Companhia ou ações de subsidiárias, (iii) concessão de empréstimos, garantia ou oneração de ativos da Companhia em favor de afiliadas acima de determinado valor, (iv) alienação de parte substancial de ativos da Companhia, (v) vencimento cruzado de outros contratos celebrados pela Companhia e/ou suas subsidiárias em valor superior a US\$100 milhões, e (vi) distribuição de dividendos superior ao mínimo legal caso esteja em curso um evento de inadimplemento e a Companhia esteja descumprindo a obrigação de manutenção de índice financeiro.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas descritas acima e entende que, até 31 de dezembro de 2024, atendeu a todas as cláusulas restritivas decorrentes de seus contratos financeiros desde suas respectivas contratações, e não houve necessidade de obtenção de autorizações (*waivers*) das contrapartes até o momento.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não houve alteração.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Demonstração do Resultado do exercício da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram preparados de acordo com o IFRS:

Demonstração dos Resultados Consolidados (R\$ milhões)	dez/24	AV¹	dez/23	AV¹	dez/22	AV¹	Análise Horizontal	
							dez/24 x dez/23	dez/23 x dez/22
Receita Líquida de Vendas de Bens e/ou Serviços	43.687	100%	45.438	100,0%	44.362	100%	-3,9%	2,4%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(31.991)	-73%	(33.475)	-73,7%	(31.054)	-70%	-4,4%	7,8%
Resultado Bruto	11.697	26,8%	11.963	26,3%	13.308	30,0%	-2,2%	-10,1%
Despesas/Receitas Operacionais	(7.427)	-17,0%	(6.776)	-14,9%	(5.667)	-12,8%	9,6%	19,6%
Despesas de vendas	(5.453)	-12,5%	(3.729)	-8,2%	(2.576)	-5,8%	46,2%	44,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(856)	-2,0%	(761)	-1,7%	(674)	-1,5%	12,5%	12,9%
Outras Despesas e Receitas operacionais	(1.565)	-3,6%	(2.637)	-5,8%	(2.655)	-6,0%	-40,6%	-0,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	448	1,0%	351	0,8%	238	0,5%	27,6%	47,6%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.270	9,8%	5.187	11,4%	7.641	17,2%	-17,7%	-32,1%
Resultado Financeiro Líquido	(5.813)	-13,3%	(4.150)	-9,1%	(3.515)	-7,9%	40,1%	18,1%
Receitas (Despesas) Financeiras	(5.566)	-12,7%	(3.695)	-8,1%	(4.249)	-9,6%	50,6%	-13,0%
Variação Cambial Líquida de Instrumentos Financeiros	(247)	-0,6%	(455)	-1,0%	734	1,7%	-45,7%	-162,0%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.543)	-3,5%	1.037	2,3%	4.126	9,3%	-248,9%	-74,9%
IR e CSLL sobre o Lucro	5	0,0%	(633)	-1,4%	(1.959)	-4,4%	-100,8%	-67,7%
IR e CSLL - Correntes	(1.301)	-3,0%	(1.061)	-2,3%	(1.657)	-3,7%	22,6%	-36,0%
IR e CSLL - Diferidos	1.306	3,0%	428	0,9%	(301)	-0,7%	205,0%	-242,1%
Lucro Consolidado do Exercício	(1.538)	-3,5%	404	0,9%	2.168	4,9%	-480,7%	-81,4%
Lucro Consolidado do Exercício	(1.538)	-3,5%	404	0,9%	2.168	5,0%	-480,7%	-81,4%
Atribuído aos Sócios Controladores	(2.592)	-5,9%	(318)	-0,7%	1.554	3,6%	714,5%	-120,5%
Atribuído aos sócios Não Controladores	1.054	2,4%	721	1,7%	(614)	-1,4%	46,2%	-217,5%

¹ A análise vertical examina a composição de um relatório financeiro em um único período. Cada item é apresentado como uma porcentagem da receita líquida da Companhia.

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:

A receita líquida em 31 de dezembro de 2024 foi 3,9% inferior ao registrado no mesmo período de 2023, consequência do efeito do mix de produtos no segmento siderúrgico e da redução no preço do minério de ferro. Em 2024, o minério de ferro apresentou uma cotação média de US\$ 109,44/dmt (*Platts*, Fe62%, N. China) e em 2023, US\$ 119,75/dmt, representando uma variação de US\$ 10,31/dmt.

A receita líquida em 2023 foi 2,4% superior ao registrado em 2022, consequência da melhora na realização do preço no segmento de mineração e aumento no volume de aço comercializado no período.

Custo dos produtos e serviços vendidos:

Em dezembro 2024, o custo dos produtos vendidos foi 4% inferior quando comparado a dezembro de 2023, principalmente devido à redução do custo de produção da mineração decorrente da variação do índice *Platts* em US\$ 10,31/dmt impactando no menor custo da taxa CFEM e no menor custo com o minério comprado de terceiros. No segmento da Siderurgia, a redução se deu principalmente pelo efeito MIX foi causado pelo maior faturamento de produtos de baixo valor agregado no período.

O CPV em 2023 foi 7,8% superior a 2022, refletindo o forte volume de minério de ferro comercializado em 2023, com maior volume de compras.

Resultado Bruto:

Em dezembro de 2024, o lucro bruto totalizou R\$ 11.697 milhões, uma redução de 2,2% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2023, devido à diminuição do faturamento da Mineração no mercado externo. Apesar do aumento do volume vendido,

houve impactos negativos decorrentes da queda da cotação do preço do minério em 2024. Na Siderurgia, a redução é justificada pelo MIX de produtos faturados no período.

Em 2023, o lucro bruto totalizou R\$ 11.963 milhões, uma redução de 10,1% sobre o montante registrado em 2022, devido às dificuldades enfrentadas no segmento de siderurgia ao longo do ano.

Outras Receitas (Despesas) Líquidas:

Em dezembro 2024, o valor líquido de outras receitas e despesas foi de R\$ (1.565) milhões, uma redução de 40,6% em comparação a dezembro 2023, impactado principalmente pela realização de *hedge accounting* no montante de R\$ 211 milhões. No período anterior em R\$ (1.144) milhões, gerando uma variação positiva de R\$ 1,2 bilhão.

Em 2024, o valor das outras receitas e despesas líquidas foi negativo, correspondente a R\$ 1.565 milhão, impactado principalmente pela realização de *hedge* no montante de R\$ 212 milhões e R\$ 234 milhões de ociosidade operacional devido intervenções no processo de sinterização que impactaram a produção do aço bruto e R\$ 284 milhões referente a perdas incorridas no processo de produção na Usina Presidente.

Em 2023, o valor das outras receitas e despesas líquidas foi negativo, correspondente a R\$ 2.637 milhões, impactado principalmente pela realização de *hedge* de fluxo de caixa no montante de R\$ 1.144 milhões e R\$ 297 milhões de ociosidade operacional devido a capacidade não utilizada em função do volume de produção de laminados inferior ao normal.

Resultado de Equivalência Patrimonial:

Em dezembro de 2024 o resultado de equivalência patrimonial foi de R\$ 448 milhões – aumento percentual de 27,6% em relação ao período anterior - como consequência, principalmente, do excelente desempenho que a MRS tem conseguido alcançar nestes últimos exercícios por conta do aumento nas movimentações de cargas.

Em 2023, o resultado de equivalência patrimonial foi de R\$ 351 milhões, frente ao valor de R\$ 238 milhões registrado em 2022 – aumento de 47,6% - consequência do bom desempenho operacional da MRS Logística.

Resultado Financeiro Líquido:

No período de 31 de dezembro 2024, o resultado financeiro foi de R\$ 5.813 milhões, o que representa um aumento percentual de 40,1% em relação ao mesmo período de 2023, em decorrência da perda com derivativos de Swap CDI x IPCA, isto é, a troca do índice de correção CDI x IPCA, além do efeito negativo da desvalorização das ações da Usiminas.

Em 2023, o resultado financeiro atingiu o saldo de R\$ 4.150 milhões, tendo como principal impacto o aumento dos juros incorridos no período.

Em 2022, o resultado financeiro atingiu o saldo de R\$ 3.514 milhões, impactado

principalmente pelo aumento dos juros incorridos no período, além do efeito negativo da desvalorização das ações da Usiminas.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:

Em 2024, a Companhia constituiu R\$ 1.306 milhões de IRPJ e CSLL diferido, diante do resultado do período. O ponto mais significativo se deu diante da alta do dólar, fazendo com que os resultados financeiros da Companhia afetassem negativamente a apuração de referidos tributos.

Em 2023, constituiu R\$ 1.061 milhões de IRPJ e CSLL a recolher devido ao resultado do exercício e frente a R\$ 428 milhões de impostos diferidos.

Em 2022, constituiu R\$ 1.657 milhões de IRPJ e CSLL a recolher, consequência do resultado positivo da Companhia obtido por meio de seus principais segmentos.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado:

Em dezembro de 2024, a Companhia registrou um prejuízo líquido acumulado de R\$ 1.538 milhões, uma variação percentual negativa de 480,7% em relação ao mesmo período de 2023, onde o lucro líquido acumulado registrado foi de R\$ 404 milhões.

Diante do exposto apresentado nos itens acima referente ao exercício de 2023, a CSN registrou lucro líquido de R\$ 404 milhões, valor 81,4% menor que o registrado em 2022; quando a Companhia registrou lucro líquido consolidado recorde de R\$ 2.169 milhões.

Balanco Patrimonial da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Comparação das principais contas patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, preparados de acordo com os IFRS:

Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ milhões)							Análise Horizontal	
	dez/24	AV¹	dez/23	AV¹	dez/22	AV¹	dez/24 x dez/23	dez/23 x dez/22
ATIVO								
Ativo Circulante	39.786	38%	33.078	36%	30.612	36%	20,3%	8,1%
Caixa e equivalentes de caixa	23.310	22%	16.046	18%	11.991	14%	45,3%	33,8%
Aplicações Financeiras	911	1%	1.533	2%	1.456	2%	-40,5%	5,3%
Contas a receber	2.901	3%	3.270	4%	3.233	4%	-11,3%	1,1%
Estoques	10.440	10%	9.558	10%	11.289	13%	9,2%	-15,3%
Tributos a recuperar	1.367	1%	1.744	2%	1.866	2%	-21,6%	-6,5%
Outros ativos circulantes	856	1%	927	1%	777	1%	-7,7%	19,3%
Ativo Não Circulante	64.121	62%	58.452	64%	54.742	64%	9,7%	6,8%
Aplicações Financeiras	170	0%	251	0%	156	0%	-32,4%	61,1%
Tributos diferidos	7.345	7%	5.034	5%	5.096	6%	45,9%	-1,2%
Estoques	1.761	2%	1.412	2%	1.046	1%	24,7%	35,0%
Tributos a recuperar	2.800	3%	2.537	3%	1.317	2%	10,3%	92,7%
Outros ativos não circulantes	5.232	5%	5.310	6%	4.750	6%	-1,5%	11,8%
Investimentos	5.948	6%	5.443	6%	5.219	6%	9,3%	4,3%
Imobilizado	30.426	29%	27.927	31%	26.370	31%	8,9%	5,9%
Intangível	10.438	10%	10.536	12%	10.788	13%	-0,9%	-2,3%
TOTAL DO ATIVO	103.907	100%	91.530	100%	85.354	100%	13,5%	7,2%

							Análise Horizontal	
	dez/24	AV¹	dez/23	AV¹	dez/22	AV¹	dez/24 x dez/23	dez/23 x dez/22
Passivo Circulante	25.116	24%	25.017	27%	22.475	26%	0,4%	11,3%
Empréstimos e financiamentos	8.822	8%	7.613	8%	5.194	6%	15,9%	46,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	561	1%	469	1%	422	0%	19,5%	11,2%
Fornecedores	7.031	7%	7.740	8%	6.597	8%	-9,2%	17,3%
Obrigações fiscais	719	1%	865	1%	870	1%	-16,8%	-0,6%
Provisões trabalhistas e cíveis	132	0%	36	0%	73	0%	267,0%	-50,7%
Outras obrigações	7.852	8%	8.294	9%	9.319	11%	-5,3%	-11,0%
Passivo Não Circulante	63.331	61%	46.828	51%	41.063	48%	35,2%	14,0%
Empréstimos e financiamentos	48.093	46%	37.246	41%	35.725	42%	29,1%	4,3%
Tributos diferidos	541	1%	304	0%	217	0%	78,1%	40,1%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e am	1.246	1%	1.307	1%	1.412	2%	-4,7%	-7,4%
Benefícios a empregados	473	0%	514	1%	555	1%	-8,0%	-7,4%
Provisões para passivos ambientais e desativação	1.133	1%	1.019	1%	938	1%	11,2%	8,6%
Outras obrigações	11.845	11%	6.438	7%	2.216	3%	84,0%	190,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.459	15%	19.685	22%	21.816	26%	-21,5%	-9,8%
Capital social integralizado	10.240	10%	10.240	11%	10.240	12%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	2.057	2%	33	0%	33	0%	6870,7%	-0,8%
Reservas de lucros	1.799	2%	6.071	7%	8.988	11%	-70,4%	-32,5%
Outros resultados abrangentes	(1.825)	-2%	1.157	1%	228	0%	-277,1%	407,3%
Participação dos acionistas não controladores	3.188	3%	2.184	2%	2.327	3%	45,9%	-6,1%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.907	100%	91.530	100%	85.354	100%	13,5%	7,2%

Ativos circulantes:

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Composto principalmente por aplicações financeiras compromissadas, CDBs, títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 23.310 milhões, sendo 45,3% superior aos R\$ 16.046 milhões registrados em 31 de dezembro de 2023. Este aumento é consequência dos novos contratos de adiantamentos de clientes (minério de ferro), cessão de direitos creditórios da RFFSA e resultados positivos dos segmentos de negócio da Companhia, tendo como destaque a mineração, sendo compensado parcialmente pelos investimentos efetuados para aquisição de CAPEX nos projetos de expansão de negócios com destaques para o porto de Itaguaí e a mina em Casa de Pedra.

Adicionalmente, em 2024 a controlada CSN Mining International GmbH firmou contratos de pré-pagamento que, juntos, totalizam um montante de US\$ 1.365 bilhão. A execução dos referidos contratos teve início em julho de 2024 e se estenderá até dezembro de 2029. Durante esse período, a empresa se compromete a fornecer minério de ferro conforme os termos e condições previamente acordados, garantindo a entrega contínua

de minério de ferro ao longo dos próximos cinco anos. Ao longo de 2024 a Companhia firmou contratos de adiantamento de comercialização de energia elétrica com operadores nacionais do setor, que totalizaram R\$ 853 milhões a serem executados até 4 anos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 16.046 milhões, sendo 33,8% superior aos R\$ 11.991 milhões registrados em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é consequência do desempenho operacional no exercício.

Aplicações Financeiras:

Em dezembro de 2024, as aplicações reduziram em 41% decorrente principalmente da desvalorização das ações da USIMINAS, que caíram em média 42% em relação a 2023. A USIM3 teve uma queda de R\$ 3,88 ou 42,17%, e a USIM5 caiu R\$ 3,97 o equivalente a 42,73%. Essa redução totalizou em uma perda de R\$ 633 milhões.

Em 2023, as aplicações aumentaram em 5,3% decorrente do aumento no valor de mercado das ações da USIMINAS, que subiram em média 26% em relação a 2022. A USIM3 teve um aumento de R\$1,79 ou 24%, e a USIM5 subiu R\$ 2,13 o equivalente a 30%. Esse aumento totalizou em um ganho de R\$ 308 milhões.

Em 2022, as aplicações diminuíram em 45% decorrente da redução no valor de mercado das ações da USIMINAS, que caíram em média 50% em relação a 2021. A USIM3 teve uma queda de R\$7,10 ou 49%, e a USIM5 caiu R\$ 8,00 o equivalente a 53%. Essa queda totalizou em uma redução de R\$ 1.198 milhões.

Contas a receber:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um contas a receber de R\$ 2.901 milhões, uma redução de 11,3% em relação ao apresentado em 2023, no montante de R\$ 3.270 milhões. A redução é decorrente principalmente das operações de cessão de crédito sem co-obrigação e redução do faturamento no negócio da mineração devido à queda significativa do preço de minério de ferro.

Comparando o saldo de contas a receber de 2023 e 2024, a Companhia apresentou um aumento de 1,1% em relação ao apresentado em 2022, cujo montante foi de R\$ 3.233 milhões.

Em 2022, as contas a receber da Companhia aumentaram em 25% devido as importantes aquisições realizadas pela Companhia, como a CSN Cimentos Brasil e a CEEE-G, ambas com seus ativos consolidados.

Estoques:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Estoques de curto prazo registrado na rubrica de estoques foi de R\$ 10.440 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o saldo foi de R\$ 9.558 milhões, representando um acréscimo de 9,2%, no montante de R\$ 882 milhões, ocasionado pelo aumento de aquisição de matéria-prima no segmento da siderurgia.

Em 2023, os estoques da Companhia reduziram em 15,3%, seguindo a estratégia da Companhia de realização do estoque a partir do início de 2023.

Em 2022, os estoques da Companhia aumentaram em 3%, conforme a estratégia da Companhia quanto a gestão do capital de giro, projetando a realização de grande parte do estoque já no início de 2023.

Tributos a recuperar:

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de tributos a recuperar reduziu em 21,6%, devido principalmente ao recebimento monetário de litígio de imposto de renda no exterior, no montante de R\$ 106 milhões, liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivativos relacionados ao minério de ferro, de R\$ 32 milhões e realização de despesas antecipadas de R\$ 169 milhões, destacados, principalmente pelo frete marítimo, no valor de R\$ 79 milhões e prêmios de seguros a apropriar, no montante de R\$ 56 milhões.

Em 2023, os tributos a recuperar da Companhia reduziram em 6,5%, isto se deve ao reconhecimento de litígio de imposto de renda no exterior a receber, no montante de R\$106 milhões.

Em 2022, os outros ativos da Companhia aumentaram em 60%, isto se deve principalmente pela consolidação das empresas CEEE-G e CSN Cimentos Brasil.

Ativos não circulantes:

Outros ativos não circulantes:

O ativo não circulante é composto de crédito líquido e certo, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, principalmente devido a perdas e danos decorrentes de afundamento de tensão no fornecimento de energia nos períodos de janeiro/1991 a junho/2002. Em setembro de 2024, a Companhia efetuou a cessão de direitos creditórios dos valores pagos a maior de frete ferroviário do período de abril de 1994 até março de 1996 à empresa RFFSA e recebeu R\$ 442.246 na operação, registrando um deságio de R\$ 84.237. A Companhia possui opção de compra, podendo exercê-la de forma unilateral conforme preço acordado entre as partes até 31 de dezembro de 2025 ou até 5 dias após a liquidação do saldo pelo devedor.

Em 2023, o aumento de 29,4% em outros ativos se deve ao reconhecimento de tributos a recuperar devido a créditos extemporâneos.

Em 2022, o aumento de 14% em outros ativos se deve ao desembolso da Companhia de R\$ 440 milhões relativo a empréstimos com partes relacionadas e Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital (“AFACs”) para a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), e R\$ 309 milhões de estoques de minérios.

Investimentos:

A rubrica de investimentos encerrou o exercício de 2024 com um aumento percentual de 9,3% comparado à 2023 – R\$ 5.948 milhões-e R\$ 5.443, respectivamente. Tal aumento se deve à aquisição de 18,61% de participação da Panatlântica pelo montante de R\$ 150

milhões e o resultado positivo da MRS (R\$ 530 milhões) e a distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 126 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o aumento de 4,3% tem como principal fator o resultado da MRS de R\$449 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o aumento de 30% dos investimentos teve como principal fator as aquisições durante o ano, trazendo o reconhecimento do *Fair Value* de R\$359 milhões e de participações indiretas em coligadas de R\$216 milhões, ambos valores ligados a CEEE-G, e pelo resultado de equivalência de R\$ 238 milhões do exercício. Também, em 2022 tivemos a reversão de *impairment* de R\$388 milhões referente ao *Fair Value* da TLSA, onde a Companhia através do teste de recuperabilidade do investimento realizado, ampliando as projeções de rentabilidade e trazendo uma segurança maior sobre os seus ativos operacionais, optou pela reversão do montante reconhecido em 2016.

Ativo imobilizado e intangível:

O saldo do imobilizado aumentou 8,9% em 2024 comparado à 2023 – R\$ 30.426 milhões e R\$ 27.927 milhões, respectivamente. Dessa variação positiva, destacamos o aumento de R\$ 1.193 milhão em decorrência do avanço do projeto da Planta de Itabirito na Mineração, atualização dos sistemas de despoeiramento da sinterização e reforma do Alto Forno na CSN Siderurgia além de investimentos correntes para manutenção da capacidade operacional. Já os ativos intangíveis sofreram uma queda de 0,9%, passando de R\$ 10.536 milhões em 2023 para R\$ 10.438.

Em 2023, o saldo do imobilizado e intangível juntos aumentaram em 4% com investimentos em máquinas e equipamentos.

Em 2022, o saldo do imobilizado e intangível juntos aumentaram em 27%. O aumento é consequência do incremento dos ativos das CEEE-G e CSN Cimentos Brasil e do forte investimento em CAPEX no período, além da aquisição de direitos e licenças na CEEE-G no montante de R\$ 2 bilhões.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos (Curto e Longo Prazos):

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 57.559 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em 2024 foram captados R\$ 10.181 milhões em empréstimos de diferentes modalidades tais como: CCE, NCE, ACC, Debênture, *Facilities* no Exterior e *Bonds*, além do aumento ocasionado pela variação do câmbio, compensado por amortização de principal no montante de R\$ 6.927 milhões e pela amortização de encargos, no total de R\$ 4.052 milhões.

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 45.474 milhões em 31 de dezembro de 2023. Destaca-se a emissão de Bonds na subsidiária offshore da CSN, no valor de US\$ 500 milhões.

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 41.441 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é consequência de uma série de desembolsos realizados no exercício,

principalmente os relacionados à aquisição da CEEE-G, como o desembolso de R\$ 2 bilhões para pagamento da outorga e além das captações realizadas no exercício.

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado foi de R\$ 7.031 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o saldo foi de R\$ 7.740 milhões; uma redução percentual de 9,2%. Em 2024 houve aumento do pagamento de fornecedores conforme o fluxo de vencimento das faturas uma vez que houve diminuição da posição contratada de risco sacado e *forfaiting*.

Em 2023, a Companhia manteve a estratégia de operações com maiores prazos, tendo 17,3% de aumento em seus saldos.

Em 2022, a Companhia manteve a estratégia com novas operações de maiores prazos, apresentando apenas 4% de aumento, se mantendo estável.

Obrigações Fiscais:

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações tributárias encerraram o período com o saldo de R\$ 719 milhões – redução de 16,8% comparado à 2023. A redução foi decorrente de recolhimentos de Imposto de renda e Contribuição social na CSN Mineração. Além disso, a CSN não apurou lucro real para a constituição de impostos a recolher em 2024.

Em 2023 as obrigações tributárias reduziram 0,6% mantendo-se estáveis.

Em 2022 as obrigações tributárias reduziram 74% muito em prol da redução do resultado da companhia impactando em IR/CS R\$ 1,9 bilhão, compensados por R\$ 3,9 bilhões em pagamentos.

Outras Obrigações – Circulante e Não Circulante:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Outras Obrigações – Circulante registrado foi de R\$ 7.852 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o saldo foi de R\$ 8.294 milhões.

Já o saldo de Outras Obrigações – Não Circulante houve aumento de 79,8% - findando 2024 com o total de R\$ 11.573. Os principais impactos foram a realização das operações de derivativo do preço do minério de ferro que se tornaram lucrativas para a Companhia, como também a celebração de novos contratos de adiantamento de clientes (minério de ferro), assinados em junho e setembro de 2024, totalizado aproximadamente R\$ 4,4 bilhões.

Nos meses de junho e novembro de 2024, a Companhia firmou contratos de adiantamento de comercialização de energia elétrica com operadores nacionais do setor, nos montantes de R\$ 852 mil a serem executados até 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, o principal impacto é referente a aditivo e a novos contratos de adiantamento de clientes (minério de ferro), assinado em fevereiro de 2023, no valor de aproximadamente R\$1 bilhão.

Plano de pensão e saúde:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 473 milhões e em 31 de dezembro de 2023 o saldo findou em R\$ 514 milhões e são compostos, principalmente, pelo plano de saúde dos aposentados. A redução dos saldos entre 2023 e 2024 refere-se ao ajuste a valor presente da operação.

O saldo de R\$ 514 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 555 milhões em 31 de dezembro de 2022) compõe, principalmente, o plano de saúde dos aposentados.

O saldo de R\$ 555 milhões em 31 de dezembro de 2022 compõe, principalmente, o plano de saúde dos aposentados. A redução do passivo decorre do aumento da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial que foi para 11,73%.

Fluxo de Caixa da Companhia (consolidado) – R\$ milhões:

Segue quadro comparativo dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 - em R\$ milhões:

Fluxo de caixa (em milhões)	dez/24	dez/23	dez/22
Caixa Líquido - Atividades Operacionais	8.651	7.293	2.043
Caixa Líquido - Atividades de Investimentos	(1.120)	(4.589)	(11.455)
Caixa Líquido - Atividades de Financiamentos	(104)	1.324	4.747
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(163)	28	10
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	7.264	4.055	(4.655)

Comparação entre os fluxos de caixa de 31/12/2024 x 31/12/2023:

No período findo em dezembro/2024, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 7.264 milhões, resultado de um caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 8.651 milhões compensados pelo consumo de caixa das atividades de investimentos em R\$ 1.120 milhões.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$ 8.651 milhões em dezembro de 2024 e R\$ 7.293 milhões em 2023, decorrente da celebração de novos contratos de adiantamento de clientes, impactando em R\$ 6.696 e R\$ 4.844 milhões, respectivamente. Outro impacto relevante em dezembro de 2024 foi a geração de caixa por meio de realização do contas a receber líquido e a cessão de direitos creditórios da RFFSA. Esses ativos foram compensados pelo pagamento de juros no montante de R\$ 4.052 e pagamento de risco sacado, *forfaiting* e fornecedores no montante de R\$ 2.179 milhões – Fornecedores R\$ 851 milhões e Risco sacado e *forfaiting* R\$ 1.328 milhão Em dezembro de 2024, além do adiantamento mencionado, a Companhia readquiriu mais estoque, dispendendo de R\$ 906 milhões.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento foi de R\$ 1.120 milhão e R\$

4.589 milhões, em dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente, resultando na variação percentual negativa de 75,2% - R\$ 3.455 milhões, decorrente de maior investimento em CAPEX no montante de R\$ 5.494 milhões em 2024, frente à R\$ 4.408 milhões em 2023, compensado pela alienação de participação societária da CMIN, totalizando o recebimento de R\$ 4.420 em 2024, enquanto em 31 de dezembro de 2023 o saldo foi de R\$ 115 milhões).

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento foi de R\$ 104 milhões em dezembro de 2024, enquanto em 2023, foram gerados R\$ 1.324 milhões, influenciado pela redução de 35,1% das captações em 2024 - R\$ 5.490 a menos do que em 2023, e redução percentual de 30% - 2.965 milhões - da amortização do saldo principal dos empréstimos captados pela Companhia.

Outro ponto relevante foi a recompra de ações em tesouraria no período de 2024 da CSN Mineração, que provocou uma redução de caixa de R\$ 336 milhões como também os dividendos e JCP pagos no período. Em suma, a principal variação é decorrente do menor montante de captações conforme já explicado acima.

Comparação entre os fluxos de caixa de 2023 e 2022:

Em 2023, o fluxo de caixa da Companhia foi impactado positivamente pelo desempenho operacional, devido a melhora na realização de preço do minério em relação a ascensão do *Platts* e maior volume de aço comercializado. Em 2023 não tivemos grandes atividades de investimento quando comparado ao exercício anterior, resultando em uma maior retenção de caixa.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$7.293 milhões e R\$ R\$2.043 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. O aumento de R\$ 5.250 milhões no período, referente às atividades operacionais devem-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A variação em contas a receber líquido (terceiros e partes relacionadas) no ano de 2023 foi de R\$239 milhões positivos, ante uma variação negativa de R\$1.403 milhões em 2022. Esse impacto decorre de um maior volume realizado de recebíveis no período.
- Os estoques sofreram variação positiva de R\$1.303 milhões em 2023, comparado a R\$735 negativos em 2022. Esse aumento está relacionado a estratégia da Companhia de realização do estoque a partir do início de 2023.
- As obrigações fiscais impactaram negativamente os fluxos de caixa operacionais, consumindo um total de R\$214 milhões, redução de 100% quando comparado aos R\$2.505 milhões em 2022.
- A Companhia teve forte impacto positivo com as operações de adiantamento de contratos de minério e energia em 2023, totalizando R\$4.844 de variação no período.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$4.589 milhões em 2023, comparado a R\$11.455 milhões consumidos em 2022, redução de 60% no exercício. Em 2023 a Companhia não teve os impactos referentes as aquisições de empresas ocorridas em 2022.

O caixa despendido com CAPEX aumentou em 31% em 2023 (R\$4.408 milhões em 2023 ante R\$3.352 milhões em 2022).

Os AFACs e capitalizações totalizaram R\$ 339 milhões em 2023, contra R\$663 milhões em 2022.

Também houve recebimento de R\$115 milhões referente a alienação de participação societária no Consórcio Machadinho.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$1.324 milhões em 2023, enquanto em 2022 foram gerados R\$4.747 milhões. As principais movimentações são:

- Captação de R\$ 15.639 milhões, incluindo a emissão de Bons de U\$500 milhões.
- Pagamento de R\$ 9.892 milhões em empréstimos e financiamentos, 8% a menos que 2022.
- Dividendos e JCP pagos em 2023 no montante de R\$3.981, ante R\$3.757 milhões em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

descrição de quaisquer componentes importantes da receita: Atribuído

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas para embalagens e perfis de aço. A Companhia também possui participações em ferrovias, terminais portuários e empresas de geração de energia, bem como atua na produção de cimento.

A Companhia busca sempre aperfeiçoar e maximizar o retorno das suas atividades por meio de uma atuação concentrada em cinco segmentos-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo e é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014, iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de

mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no estado de Rondônia.

Em 07 de Outubro de 2022, a CSN Mineração e a CSN Energia, concluíram a aquisição da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, com capacidade instalada de 120 MW, localizada na cidade de Ipuçu – SC, tornando a CSN Mineração autossuficiente em energia elétrica, reforçando a sua competitividade industrial através de maior previsibilidade de custos e geração de energia de fonte 100% renovável.

Cimentos

O segmento de Cimentos, que atua através da CSN Cimentos, consolida as operações de produção, comercialização e distribuição de cimento, agregados e concreto. Nas fabricas localizadas no Sudeste a escória utilizada é a mesma produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia tem intensificado sua estratégia de expansão do negócio para novas regiões, e o primeiro passo deu-se com a aquisição da Elizabeth Cimentos S.A. e da Elizabeth Mineração Ltda. Em 31 de agosto de 2021, que, com atuação na região Nordeste, adiciona 1,3 Mtpa de capacidade de produção de cimento.

Em 06 de setembro de 2022, a CSN Cimentos teve um avanço relevante da sua capacidade e posicionamento geográfico através da aquisição da LafargeHolcim (Brasil) S.A. Esse ativo acrescenta 11 milhões de toneladas de capacidade de produção de cimento, além de contribuir com novos negócios ao portfólio atual: Agregados e Concreto. Com todas as operações combinadas o segmento de Cimentos da CSN é atualmente o segundo maior do Brasil, na perspectiva de capacidade produtiva efetiva, totalizando 17 milhões de toneladas.

As plantas de cimento estão localizadas nos estados de Minas Gerais (Arcos, Pedro Leopoldo, Barroso e Montes Claros), Rio de Janeiro (Volta Redonda, Cantagalo e Rio de Janeiro), Paraíba (Alhandra e Caaporã), Espírito Santo (Vitória), Bahia (Candeias), Goiás (Cocalzinho de Goiás) e São Paulo (Sorocaba). O processo produtivo se dá basicamente por meio da moagem das principais matérias-primas que incluem o clínquer, calcário, gesso e escória.

Os sites são divididos em duas modalidades: fabricas integradas e moagens. As fábricas integradas possuem mina de calcário e forno para produção de clínquer, são elas: Arcos, Barroso, Pedro Leopoldo, Montes Claros, Alhandra, Caaporã e Cantagalo.

Já as moagens não produzem o próprio clínquer, são abastecidas com clínquer próprio (transferência entre plantas) e/ou fontes de terceiros, são elas: Volta Redonda, Rio de Janeiro, Vitória, Candeias, Cocalzinho e Sorocaba.

Atualmente a empresa atende o mercado de cimento com um amplo portfólio de

produto adequado tanto ao segmento técnico quanto ao mercado de distribuição, conforme norma ABNT NBR 16697. O cimento é comercializado tanto na forma de ensacado como granel.

Além das operações acima a CSN Cimentos detém também dois ativos de geração de energia elétrica adquiridos em 30 de junho de 2022: a PCH Santa Ana, localizada no município de Angelina – SC, com capacidade instalada de 6,50 MW, e a PCH Sacre II, localizada no município de Brasnorte – MT, com capacidade instalada de 30 MW.

Em 31 de agosto de 2023, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CSN Cimentos pela CSN Cimentos Brasil com a consequente transferência de todo o patrimônio, bens (móveis e imóveis), direitos e obrigações, conforme os termos do “Protocolo e Justificação da Incorporação da CSN Cimentos S.A. pela CSN Cimentos Brasil S.A.”. Assim, a CSN Cimentos foi extinta, todas as suas ações foram canceladas e, em substituição, seus acionistas receberam ações da CSN Cimentos Brasil. Todas as atividades exercidas pela CSN Cimentos passaram a ser exercidas pela CSN Cimentos Brasil. O Laudo de Avaliação do patrimônio da CSN Cimentos foi elaborado com a data de 30 de junho de 2023, sendo base para a definição de um aumento de capital na CSN Cimentos Brasil no montante de R\$2.383.276.

LOGÍSTICA

Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife, Itabaiana –

Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha – Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como a energia é um insumo fundamental em seu processo produtivo, a Companhia detém ativos de geração de energia elétrica e com as aquisições realizadas em 2022 atingiu sua autossuficiência energética, passando a atuar no setor como um *player* de geração de energia elétrica através da comercialização de seu excedente.

O ano de 2022 marcou o crescimento deste segmento através da aquisição de ativos de geração renovável relevantes, triplicando a sua capacidade de geração, conforme abaixo:

Em 30 de Junho de 2022, a CSN Cimentos e a CSN Energia concluíram a aquisição da PCH Sacre II, localizada no município de Brasnorte – MT, com capacidade instalada de 30 MW e da PCH Santa Ana, localizada no município de Angelina – SC, com capacidade instalada de 6,50 MW

Em 07 de Outubro de 2022, a CSN Mineração e a CSN Energia, concluíram a aquisição da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, localizada na cidade de Ipuaçu – SC, com capacidade instalada de 120 MW.

Em 21 de Outubro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”) concluiu a aquisição de 66,23% das ações da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, com usinas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, incrementando em 746 MW a capacidade instalada do grupo CSN. Em 22 de Dezembro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”), concluiu a aquisição da participação de 32,74% da Eletrobrás na Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEEG.

Essa aquisição resultou no incremento de 380 MW de capacidade instalada de geração para a CSN. Com isso a Companhia Florestal do Brasil (“CFB”) passou a deter o total de 99% do capital social da CEEE-G.

Com as aquisições o grupo CSN passa a deter um portfólio de ativos de geração com a capacidade instalada de 2.010 MW, conforme abaixo:

1. Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no estado de Santa Catarina, da qual a CSN detém a participação de 29,50% através da SPE de ITASA, com capacidade instalada equivalente à sua participação de 428 MW;
2. Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, em que a CSN detém 17,92% de participação no consórcio, com capacidade instalada equivalente à sua participação de 38 MW;
3. Central de Cogeração Termoelétrica CTE#1, CTE#2 e TRT – Turbina de Recuperação de Topo, em operação na Usina Presidente Vargas com capacidade instalada de 10 MW, 235 MW e 22 MW respectivamente, utilizando como combustível os gases industriais recirculados resultantes da própria produção siderúrgica;
4. Pequena Central Hidrelétrica Sacre II, localizada no estado de Mato Grosso, com capacidade instalada de 30 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo através do controle indireto da SPE de Brasil Central Energia;
5. Pequena Central Hidrelétrica Santa Ana, localizada no estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 6,5 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo através do controle direto da SPE de Santa Ana Energética;
6. Usina Hidrelétrica de Quebra Queixo, localizada no estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 120 MW, da qual a CSN Mineração detém o controle integral do ativo através do controle direto da SPE de CEC – Companhia Energética Chapecó;
7. Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira dos Macacos, localizada no estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 3,4 MW, da qual a CSN Cimentos detém o controle integral do ativo, através da aquisição da Lafarge-Holcim;
8. Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G, localizada no estado do Rio Grande do Sul, com uma plataforma de 15 Usinas Hidrelétricas próprias, ativos eólicos e solares, além de participação minoritária em outros empreendimentos, refletindo em uma capacidade instalada de 1.119 MW.

Receita Líquida da Companhia

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

Resultado 31/12/2024 (milhões)	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Receita Líquida	23.179	13.093	353	2.892	521	4.766	(1.116)	43.687
Mercado interno	16.901	1.511	353	2.892	521	4.766	(4.604)	22.340
Mercado externo	6.277	11.582					3.488	21.347

Resultado 31/12/2023 (milhões)	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Receita Líquida	22.717	17.136	266	2.645	546	4.511	(2.382)	45.438
Mercado interno	16.516	1.804	266	2.645	546	4.511	(4.209)	22.079
Mercado externo	6.201	15.331					1.827	23.359

Resultado 31/12/2022 (milhões)	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Receita Líquida	29.341	12.525	308	2.312	293	2.820	(3.236)	44.362
Mercado interno	20.588	1.700	308	2.312	293	2.820	(4.063)	23.958
Mercado externo	8.753	10.825					827	20.405

i. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia vende produtos siderúrgicos majoritariamente no mercado doméstico. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influência também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo do combustível é um componente importante.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas

de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provém das exportações de minério de ferro, estando, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No caso de cimento, a receita é denominada em Reais e variações inflacionárias podem impactar os resultados. Desta forma, o componente cambial é menos representativo neste segmento.

Como a maior parte das receitas da Companhia provém dos segmentos de siderurgia, mineração e cimentos, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços sobre as suas receitas nestes três segmentos.

Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 43.687 milhões, 4% inferior em relação àquela registrada no mesmo período de 2023, refletindo um aumento de 2% na receita líquida na Siderurgia e -24% na Mineração, principalmente pelo impacto das variações de preço do minério de ferro no mercado Internacional. A receita líquida da siderurgia somou R\$ 23.179 milhões, ou 53% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,6 milhões de toneladas de aço, sendo 3,4 milhões no mercado interno e 1,3 milhão no mercado externo (considerando exportações e vendas por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$ 13,1 bilhões, representando 30% da receita líquida consolidada, com a venda de 42,6 milhões de toneladas de minério de ferro. A receita líquida do cimento somou nos 12 meses de 2024 R\$ 4,8 bilhões, equivalente a 10,9% da receita líquida consolidada. Em comparação ao mesmo período de 2023, foi um crescimento de 5,7%, consolidando as sinergias capturadas com a integração dos ativos da Cimentos Brasil (ex-LafargeHolcim Brasil), pela entrada em novos mercados e pela consolidação da CSN como um *player* líder de mercado em diversas regiões do país. Como resultado, em 31 de dezembro de 2024 foi registrado um volume vendido de 13,5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em 2023, a receita líquida atingiu R\$45,4 bilhões, 2,4% superior em relação àquela registrada em 2022, refletindo (i) o recorde de vendas de minério de ferro registrado no ano (alta de 27,2% na comparação com 2022) e (ii) o crescimento da operação de Cimentos. A receita líquida de siderurgia somou R\$22,7 bilhões, ou 50% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,2 milhões de toneladas de aço, sendo 2,9 milhões no mercado interno e 1,3 milhão no mercado externo (considerando exportações e vendas por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou 17,1 bilhões, representando 38% da receita líquida consolidada, com a venda recorde de 42,7 milhões de toneladas de minério de ferro. A receita líquida do cimento somou em 2023 R\$4,5 bilhões, equivalente a 10% da receita líquida consolidada. Em comparação a 2022, foi um crescimento de 60%, que reflete toda a captura de sinergias marcada pela integração dos ativos da Cimentos Brasil (ex-LafargeHolcim Brasil), pela entrada em novos mercados e pela consolidação da CSN como um *player* líder de mercado em diversas regiões do país. Como resultado, a Companhia registrou um volume vendido de 12,8 milhões de toneladas em 2023, o que representa um expressivo

aumento de 75,8% em relação ao ano anterior, reflexo direto da assertiva estratégia comercial adotada no período.

Em 2022, a receita líquida atingiu R\$44,4 bilhões, 7,4% inferior em relação àquela registrada em 2021, principalmente pelos menores volumes produzidos de minério de ferro e menores preços praticados no mercado internacional, tanto para o minério quanto para o aço. A receita líquida de siderurgia somou R\$29,3 bilhões, ou 66,1% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,4 milhões de toneladas de aço, sendo 3,1 milhões no mercado interno e 1,3 milhão no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$12,5 bilhões, representando 28,2% da receita líquida consolidada, com vendas de 33,3 milhões de toneladas de minério de ferro.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial no caso de:

Siderurgia: Carvão, coque, pelotas e metais atrelados ao dólar;

Mineração e Transporte ferroviário: Combustíveis e;

Cimentos: Clínquer.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros e de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e operações compromissadas lastreadas em títulos de renda fixa. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia

Os recursos financeiros disponíveis no exterior, mantidos em dólar e euro, são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas.

A CSN possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada.

Em 31 de dezembro de 2024, 34,25% da dívida era denominada em reais e os demais 65,75% denominados em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2023, 39,6% da dívida era denominada em reais, e os demais 60,4% denominados em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2022, 39,1% da dívida era denominada em reais, e os demais 60,9% denominados em outras moedas.

A dívida está atrelada a SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), ao CDI (Certificado de

Depósito Interbancário), a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e a EURIBOR (*European Interbank Offered Rate*). Em 31 de dezembro de 2024, cerca de 53,9% da dívida estava atrelada a taxas de juros flutuantes (SOFR, Euribor, TJLP e CDI). Em 2023, esse percentual estava em cerca de 52,6%. Já em 2022, em 53,6% .A exposição cambial líquida consolidada em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)	(Valores em US\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	1.951.025	2.228.736	1.191.036
Contas a receber	58.296	292.028	315.920
Aplicação financeira	270.038	15.597	26.930
Empréstimos e financiamentos	(5.983.492)	(5.615.893)	(4.594.471)
Fornecedores	(284.843)	(524.622)	(366.149)
Outros	(37.185)	(42.474)	(23.079)
Exposição Cambial Bruta Natural (ativo - passivo)	(4.026.161)	(3.646.628)	(3.449.813)
Instrumentos Derivativos (*)	5.098.257	3.979.979	4.227.760
Exposição cambial líquida	1.072.096	333.351	777.947

(*) Valor *notional* total dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos utilizados para a gestão de riscos cambiais

Ressalta-se que a CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros.

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Com relação ao período e/ou exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças significativas que causaram efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Opiniões modificadas

Informamos que não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos períodos e/ou exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022.

Comentários para o exercício de 31/12/2024:

Ênfases

Para o período de 31 de dezembro de 2024 não houve ênfase.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2024.

Abaixo estão descritos os PAAs 2024:

Realização de Tributos Diferidos Ativos (Nota Explicativa nº 18.b)

A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções de lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2024, o valor dos tributos diferidos ativos reconhecidos no ativo não circulante era de R\$ 4.750 milhões (controladora) e R\$ 7.345 milhões (consolidado). Como a avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos, que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados (como geração de lucros tributáveis, projeções dos fluxos de caixa e eventos econômicos futuros, além das projeções incluírem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, levando-se em conta, volume e

preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros), podem haver variações em relação aos dados e valores reais realizados. Sendo assim, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro ou não de uma redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos:

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) eferentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, individual e consolidada, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Comentários para o exercício de 31/12/2023

Ênfases

Para o período de 31 de dezembro de 2023 não houve ênfase.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2023.

Abaixo estão descritos os PAAs 2023:

I. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto

A Companhia possui saldo de investimento (*Joint-Venture*) na Transnordestina Logística S.A.(“TLSA”) em 31 de dezembro de 2023 incluindo o ganho (*Fair Value*) gerado na perda de controle, no montante de R\$ 1.820 milhão, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pela norma NBC TG 01(R4) Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção

de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também realiza o teste de recuperabilidade, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente, utilizando o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Desta forma, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

II. Realização de Tributos Diferidos Ativos

A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções de lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dos tributos diferidos ativos reconhecidos no ativo não circulante era de R\$ 3.213 milhões (controladora) e R\$ 5.034 milhões (consolidado). Como a avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolvem, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos, que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados (como lucros tributáveis, projeções dos fluxos de caixa e eventos econômicos futuros, além das projeções incluírem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, levando-se em conta, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros), podem haver variações em relação aos dados e valores reais realizados. Sendo assim, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro ou não de uma redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comentários para o exercício de 31/12/2022:

Ênfases

No exercício de 2022 não houve ênfase.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2022.

Abaixo estão descritos os PAAs 2022:

I. Combinação de negócios

Durante o exercício de 2022, conforme demonstrado na nota explicativa nº 3 do exercício de 2022, a Companhia por meio de suas subsidiárias, concluiu a aquisição de controle das seguintes empresas: LafargeHolcim (Brasil) S.A., Companhia Estadual de Energia Elétrica “CEEE-G”, Companhia Energética Chapecó, Metalúrgica Iguaçu S.A., Santa Ana Energética S.A. e Topázio Energética S.A. As combinações de negócio realizadas, resultaram na apuração de ágio, bem como na mensuração e reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos pelo seu valor justo e envolveu julgamentos significativos da administração, além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentalmente em dados e premissas subjetivas, que podem impactar de forma relevante a mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, consequentemente, o valor do ágio apurado nas aquisições.

II. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto

A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.(TLSA) em 31 de dezembro de 2022, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R\$ 1.844 milhão, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pela norma NBC TG 01(R4) Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também realiza o teste de recuperabilidade, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente, utilizando o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Desta forma, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

2.4 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Para o exercício de 2024, não há introdução nem alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

b.1) Aquisição de ações Panatlântica S/A

Em 15 de janeiro de 2024, a Panatlântica passou a ser avaliada através do método de equivalência patrimonial por conta da aquisição de 18,61% das ações ocorrida ao preço total de R\$ 150.000, passando a Companhia a deter 29,92% do capital da Panatlântica. Anterior a tal aquisição, a Companhia avaliava o investimento através de valor justo por meio do resultado.

b.2) Aquisição de ações Companhia Estadual de Geração de Energia – CEEE-G.

A CEEE-G tem por objeto precípua, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica. A CEEE-G exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A, Ventos de Povo Novo S.A e Ventos de Vera Cruz S.A, constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo.

Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia passou a deter 100% das ações da controlada CEEE-g (em 31 de dezembro de 2023, 98,98%), e por este motivo, houve um pequeno aumento percentual na participação indireta das empresas Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S.A. e Foz Chapecó Energia S.A.

b.3) Constituição da empresa CSN International Steel GmbH

Em 7 de março de 2024, houve a constituição da empresa CSN International Steel GmbH, pela Controlada direta da Companhia, a CSN Steel S.L.U..

b.4) Constituição da CSN Incorporação e Participação Ltda

Em 5 de novembro de 2024, a Companhia, junto com sua controlada Companhia Florestal do Brasil, firmou a constituição da CSN Incorporação e Participação Ltda., que tem como objeto principal a incorporação de negócios imobiliários.

b.5) Alienação da CSN Mineração para Itochu Corporation

A Companhia, em 17 de outubro de 2024, através de reunião do Conselho da Administração, aprovou a Proposta Não Vinculante com a Itochu Corporation para a venda de participação minoritária de até 11% em sua controlada CSN Mineração, por um preço por ação de R\$7,50. Em 05 de novembro de 2024, através de nova reunião do Conselho da Administração, foi deliberada a aprovação da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações para a venda de 589.304.801 ações ordinárias de emissão da CSN Mineração, no montante de R\$ 4.419.786, que foi pago à vista pela Itochu Corporation à CSN na data de transferências das Ações.

A partir de novembro de 2024, a CSN passa a deter 3.785.474.692 ações ordinárias de emissão da CSN Mineração, alcançando a participação direta de 69,01% e a Itochu Corporation passa a deter 589.304.801 ações ordinárias de emissão da CSN Mineração alcançando a participação direta de 10,74% e indireta de 9,26% através da Japão Brasil Minério de Ferro Participações LTDA.

b.6) Recompra de ações da CSN Mineração

Em 28 de junho de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o Programa do Plano de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 77/2022. O Programa consiste em: i) Recompra de até 100.000.000 ações; ii) Vigência do programa de 28 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2025; iii) Preço de aquisição não poderá ser superior ao de cotação na Bolsa de Valores; e iv) Operações de recompra intermediadas por instituições financeiras habilitadas.

Em 18 de outubro de 2024, a CSN Mineração, aprovou em reunião do Conselho da Administração o cancelamento de três ações de emissão própria mantidas em tesouraria, sem alteração no valor do capital social da controlada em decorrência do cancelamento de ações, portanto o capital social da Companhia passou a ser dividido em 5.485.338.835.

b.7) Extinção da empresa CSN Mining Portugal Unipessoal Ltda

Em 05 de setembro de 2024, foi emitido o registro de liquidação da CSN Mining Portugal Unipessoal Ltda., tendo seus efeitos retroativos à 08/08/2024. Em razão da Liquidação, ressaltamos que a CSN Mining Portugal Unipessoal Ltda. foi extinta.

b.8) Alienação da empresa Ventos do Sul Energia S.A

Em outubro de 2024, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na companhia Ventos do Sul Energia S.A. O valor da operação foi efetivado pela importância de R\$ 39.809 milhões, resultando em um ganho na alienação do investimento de R\$ 8.451 milhões.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) valor das medições não contábeis EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações. O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução nº 156 da CVM, de 23 de junho de 2022 (“RCVM 156/22”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias.

Em razão do cálculo do EBITDA da Companhia não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, as depreciações e amortizações e as outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Por não serem medições de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são auditados ou revisados pelos auditores independentes da Companhia, e não devem ser considerados como alternativas às demonstrações contábeis.

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia nos exercícios sociais abaixo indicados:

	dez/24	dez/23	dez/22
Lucro líquido do exercício	1.538	403	2.168
Depreciação e Amortização	3.691	3.291	2.793
IR e CSLL	5	633	1.959
Resultado financeiro líquido	5.814	4.151	3.515
EBITDA (RCVM 156/22)	7.961	8.478	10.434
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.565	2.637	2.655
Resultado da Equivalência Patrimonial	(448)	(351)	(238)
EBITDA proporcional das controladas em conjunto	1.152	1.143	965
EBITDA AJUSTADO (*)	10.230	11.907	13.816

(*) A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que esses itens não devem ser considerados no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que as medidas de EBITDA e EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da

rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes compostos por outras receitas (despesas) operacionais líquidas com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

2.6 – Eventos subsequentes às DFs

Parada de manutenção do Alto Forno #2 na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda

No dia 19 de janeiro de 2025, a Companhia realizou uma parada programada para manutenção do Alto Forno #2 na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda visando a reforma para modernização e prolongamento da vida útil do ativo, alongando em 8 anos sua operação, sem a necessidade de custo e/ou investimento adicional às projeções oficiais já antecipadas pela Companhia. A CSN esclarece, ainda, que a minirreforma faz parte de seu programa de manutenção e foi devidamente planejada de forma a não gerar impacto aos resultados do segmento de siderurgia e seus clientes.

2ª Emissão de debêntures

A COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-G, controlada indireta da CSN, aprovou, em 24 de janeiro de 2025, sua 2ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 1.200.000, com valor nominal unitário de R\$ 1, na data de emissão.

A 2ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada a investidores profissionais.

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de dezembro de 2024. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 82 (oitenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 07 de março de 2025. As condições gerais da 2ª Emissão encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a qual se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia e no site da CVM na rede mundial de computadores.

3ª Emissão de debêntures

A COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-G, controlada indireta da CSN, aprovou, em 23 de janeiro de 2025, sua 3ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, no valor total de R\$ 1.200.000, com valor nominal unitário de R\$ 1, na data de emissão.

A 3ª Emissão é objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, sendo destinada

ao público investidor em geral. As Debêntures atenderão aos requisitos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, de modo que seus titulares poderão fazer jus aos benefícios tributários na forma da lei.

As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6.208 dias, contados da data de emissão, vencendo-se em 14 de dezembro de 2041, e as Debêntures da Segunda Série terão o prazo de vencimento de 6.209 dias contados da data da emissão, vencendo-se em 15 de dezembro de 2041. As condições gerais da 3ª Emissão encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a qual se encontra disponível na página de relações com investidores da Companhia e no site da CVM na rede mundial de computadores.

Evento de pagamento de debêntures da 1ª Emissão

A COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-G, controlada indireta da CSN, realizou em 04 de fevereiro de 2024 o Evento de pagamento das Debêntures relativas à 1ª Emissão. A quitação da dívida foi realizada com uma combinação de recursos próprios provenientes das atividades da Emissora e/ou de outros financiamentos contratados via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros.

Celebração de contratos de NCE, PPE e ACC no montante de US\$ 275

A Companhia e sua controlada direta, CSN Mineração, celebraram, nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, contratos de NCE (Notas de crédito à exportação), PPE (pré-pagamentos à exportação) e ACC (Adiantamento de contratos de câmbio) com as instituições financeiras Credit Agricole, HSBC e JP Morgan no montante de US\$ 275, que representa aproximadamente R\$ 1.603. Estes contratos configuram operações usuais da Companhia e sua controlada, e foram negociadas em condições normais de mercado.

Celebração de “Contrato de Assunção de Obrigação a Fazer”, entre a CSN Controladora e CSN Mineração

Em 20 de janeiro de 2025, a CSN Controladora celebrou junto à sua controlada, CSN Mineração, o Contrato de Assunção de Obrigação a Fazer, que consiste na cessão de lastros de exportação pela CMIN à CSN, para que esta possa utilizá-los na amortização dos Contratos de Pré-Pagamento de Exportação, Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio ou contratos similares da CSN. O Contrato de Assunção de Obrigação de Fazer prevê uma governança entre as áreas financeiras da CMIN e CSN para garantir que apenas o excesso de lastro que não seria utilizado pela CMIN seja cedido à CSN, atendendo também às necessidades de internalização de caixa da CMIN.

O Contrato de Assunção de Obrigação de Fazer possui prazo indeterminado. O valor estimado para o ano de 2025 é de USD 1.000.000. Ainda, a transação é rotineira e relacionada ao curso normal dos negócios das Companhias.

Aquisição de 90% das ações de emissão da Gramperfil S.A. (“Gramperfil”)

Em 19 de Dezembro de 2024, a CSN Steel S.L.U, celebrou um contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Gramperfil, para aquisição de 90% (noventa por cento) do capital social da Gramperfil. A Gramperfil é uma empresa com sede em Pombal, Portugal, que tem como principal atividade a produção, comercialização e transformação de perfis metálicos e acessórios, importação e exportação de perfis para construção metálica e civil.

Em 12 de fevereiro de 2025, a autoridade concorrencial de Portugal aprovou a conclusão da operação. O fechamento desta operação ainda depende do cumprimento de outras condições previstas no contrato de compra e venda de ações. As ações de emissão da Gramperfil que não foram objeto da operação, são mantidas em tesouraria.

1ª Emissão de Nota Comercial

A COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-G, controlada indireta da CSN, firmou, em 31 de janeiro de 2025, o Termo de Emissão de Nota Comercial Escritural, na condição de EMITENTE, com a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN, na condição de CREDOR.

A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da EMITENTE, no valor total de R\$ 500.000, em série única, e terão prazo de vencimento de 1 ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de janeiro de 2026. O prazo de vigência das Notas Comerciais Escriturais poderá ser renovado, a exclusivo critério da EMITENTE, por sucessivos períodos de 1 ano até 31 de janeiro de 2042, mediante a celebração de aditamento ao presente Termo de Emissão, com, no mínimo, 90 dias de antecedência de cada Data de Vencimento.

Nova classificação de rating para a CSN pela agência Moody's Global Ratings

No dia 12 de fevereiro de 2025, a agência Moody's Global Ratings classificou a CSN para o rating “Ba3” com perspectiva estável.

Aquisição de 70% (setenta por cento) das ações de emissão da Estrela Comércio e Participações S.A. (“Estrela”)

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os acionistas da Estrela, para aquisição de ações

representativas de 70% (setenta por cento) do capital social da Estrela, pelo preço total de R\$ 742.500, sendo que R\$ 300.000 serão pagos no fechamento da transação e o restante do preço total será pago em 3 (três) parcelas anuais consecutivas.

A conclusão desta operação está em curso. A Companhia recebeu a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 21 de fevereiro de 2025, mas depende agora de outros trâmites legais e regulatórias exigidos de acordo com a legislação aplicável, além do cumprimento de outras condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda.

2.7 - Destinação de resultados

Em 09 de maio de 2024 e 14 de novembro de 2024, o Conselho de Administração, aprovou a proposta de distribuição de dividendos intermediários, à conta de reservas de lucros, no montante de R\$ 950.000 e R\$ 730.000, correspondendo ao valor de R\$ 0,716389666168954 e R\$ 0,550488901371933 por ação. Os dividendos foram pagos, sem atualização monetária, a partir de 29 de maio de 2024 e 28 de novembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízo no exercício de (R\$ 2.591.851), compensado através do consumo de valores da reserva estatutária.

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

No artigo 30 do Estatuto Social da Companhia:

Parágrafo 2º - O lucro do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia o conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia Geral deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma reserva de capital de giro e investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios:

I. sua constituição não prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Art. 33;

II. seu saldo em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral;

III. a reserva tem por finalidade assegurar a manutenção e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital;

IV. seu saldo poderá ser utilizado (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações.”

b) regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o artigo 33 do Estatuto Social distribuirá como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e observado o artigo

33 do Estatuto Social. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos. Também, de acordo com Parágrafo Único desse artigo do estatuto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode distribuir aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores. Parágrafo Único.

Os dividendos não são corrigidos monetariamente, e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Se apurado lucro os dividendos poderão ser distribuídos anualmente, podendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição de dividendos adicionais, intercalares ou intermediários, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, observadas as disposições legais e estatutárias.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições aplicável ao emissor.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há. A Companhia, com relação à destinação de resultados, segue o disposto na Lei das S.A. e em seu próprio estatuto social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não Aplicável.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	CONSOLIDADO				
	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	1.978.202	2.006.831	1.606.684	2.064.282	7.655.999
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	594.244	507.377	410.711	677.094	2.189.426
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	22.879	-	-	-	22.879
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	-	-	-	-	-
Armazenamento e Movimentação de óleo.	766	-	-	-	766
Serviços de mão de obra e consultoria.	24.207	24.207	24.207	96.826	169.447
	2.620.298	2.538.415	2.041.602	2.838.202	10.038.517

iii) contratos de construção não terminada

- Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 64,13% e estava previsto para ser concluído em 2017. Após extensas negociações envolvendo ANTT, TCU e Ministério da Infraestrutura, em 23 de dezembro de 2022, foi

assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão que redefiniu o escopo e os prazos de conclusão dos trechos da TLSA, notadamente para prever a devolução do trecho SPS, o que resulta em projeto com os atuais 1.206 km de malha ferroviária e prazo de conclusão até agosto de 2029. Com esse ato, igualmente, se pôs fim à discussão do procedimento administrativo de recomendação de caducidade, que tramitava por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

A Companhia espera que os investimentos permitam que a TLSA, concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como soja, milho, minério de ferro, pedra calcária, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes,

petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada e atualmente, no Ceará, estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 04 a 07 e em mobilização do lote 11, todos referentes ao trecho que conecta Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP). Paralelamente, estão sendo realizados serviços de manutenção de via dos trechos 1 e 2 do projeto da ferrovia, especificamente – os lotes 03 (14km) ao 07 do trecho Eliseu Martins (PI)/Trindade (PE), trecho Salgueiro (PE)/Trindade (PE), trecho Salgueiro (PE)/Missão Velha (CE), e, lotes MVP 01 ao 03 do trecho Missão Velha (CE)/Pecém(CE).

Está previsto para ocorrer ainda em 2025, o início da Operação comissionada que ocorrerá entre os Municípios de Bela Vista do Piauí (PI) e Iguatu (CE).

- **FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional)**

Em relação à Malha I, operada pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), a Companhia protocolou, em julho de 2022, o pedido de Prorrogação Antecipada do contrato de concessão por mais 30 anos, o qual se baseia no cumprimento dos requisitos legais e das metas estabelecidas pela ANTT no tocante ao volume de produção e segurança. Deste modo, inobstante ter havido procedimento administrativo da ANTT que, em 2013, resultou na recomendação de caducidade do contrato de concessão, houve decisão proferida em 13/12/2022 pelo Tribunal de Contas – TCU, Acórdão nº 2769/2022, que determinou que a ANTT e o Ministério da Infraestrutura (à época), observadas as respectivas competências, adotem medidas com vistas à solução definitiva do Contrato de concessão da malha concedida à FTL. Em setembro/2023, fundamentado no relatório final do grupo de trabalho, o Ministério dos Transportes emitiu o OFÍCIO Nº 448/2023/SE à ANTT informando o encerramento à recomendação de caducidade exarada na Deliberação/ANTT nº 947/2019, de 22 de outubro de 2019. Portanto, diante do ambiente positivo de negociações do contrato de concessão, bem como do crescimento da FTL, com atingimento de recordes de produção e EBITDA, a companhia considera eminente a Prorrogação Antecipada do contrato de concessão de modo a solucionar definitivamente as referidas pendências contratuais.

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e suas controladas não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras, exceto para o item (ii).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras.

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

A Companhia não espera efeitos relevantes de operações não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações.

b) natureza e propósito da operação

Vide item “2.8” deste documento.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Vide item “2.8” deste documento.

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;
- (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e
- (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

O conteúdo desse item faz menção a todos os itens do item a) e b).

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos:

O Orçamento de Investimento da Companhia para 2024 contempla projetos de investimentos focados na modernização dos ativos e melhoria de produtividade e performance, manutenção da capacidade operacional, cumprimento de requisitos ambientais e de segurança e projetos para a expansão da capacidade de processamento de minério de ferro. Novos investimentos serão avaliados considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional de cada projeto.

Considerando essas diretrizes, os investimentos projetados da Companhia para 2024 são da ordem de R\$ 5 bilhões.

Pode haver revisão dos projetos de investimentos para 2024 considerando os efeitos adversos de uma eventual desaceleração econômica nas nossas operações. Nesse sentido, será priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

Destacamos a seguir:

Siderurgia: R\$ 2,8 bilhões, em especial para investimentos nas coqueiras e sinterizações, projetos de modernização tecnológica, na manutenção da capacidade operacional, segurança operacional e meio ambiente;

Mineração (com Tecar): R\$ 1,9 bilhões, em especial investimentos correntes para manutenção da capacidade operacional e segurança na mina e no porto, expansão das áreas de empilhamento, projetos em execução no beneficiamento de minério de ferro para melhoria de qualidade, aquisição de frota de grande e pequeno porte e projetos de expansão da capacidade de processamento de minério de ferro em Casa de Pedra e escoamento via Tecar, em especial, planta de Itabirito P15, projetos de expansão da planta central e de recuperação de rejeitos das barragens.

Cimento: R\$ 601 milhões, projetos de manutenção nas fábricas integradas e moagens da CSN Cimentos e CSN Cimentos Brasil, projetos para ampliação da plataforma de coprocessamento, e investimentos em segurança operacional e meio ambiente.

Outros investimentos: R\$ 247 milhões para investimentos correntes para manutenção das operações nas demais unidades do grupo, como FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., Terminal de Contêineres - Tecon, suas unidades de Energia (CEEE-G, PCHs Sacre e Santa Ana, UHE Quebra-Queixo) e de natureza corporativa (como TI).

Em 2023, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram cerca de R\$ 4,523 bilhão, com destaque para:

Siderurgia: R\$ 1,954 bilhão, com foco em produtividade e modernização no parque industrial, para melhoria na eficiência operacional: grandes reparos, reforma da bateria de coque, melhorias de automação e eficiência, sustentabilidade, manutenção e peças de reposição em todas as nossas unidades;

Mineração: R\$ 1,549 bilhão, com destaque para projetos na planta de beneficiamento de minério de ferro para aumentar a recuperação e qualidade do minério, aumentando a recuperação de ferro e reduzindo na geração de rejeitos; renovação da frota de equipamentos de mina, manutenção da segurança em nossas barragens de rejeitos; cumprimento de requisitos ambientais e de segurança, projetos de expansão como Planta de Itabirito P15 e desenvolvimento de engenharia para os projetos de recuperação de rejeitos das barragens, além de manutenção da capacidade e peças de reposição em todas as nossas instalações de mineração e portos.

Cimento: R\$ 730 milhões, em especial projeto Sistema Utis, Coprocessamento de Alhendra/PB, troca de frota de grande porte na operação de mineração em Arcos/MG, projetos de manutenção nas unidades da CSN Cimentos Brasil;

Outros investimentos: R\$ 290 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL e Tecon) e de natureza corporativa (como TI).

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia: Mineração (minério de ferro) e Tecar.

Com o objetivo de cobrir a alta e crescente demanda por minério de ferro de alta qualidade, a Companhia possui dois grandes blocos de Projetos de Expansão que planeja executar ao longo dos próximos anos, conforme abaixo:

Projetos 1ª Fase:

Investimento de R\$15,3 bilhões com incremento de volume de produção de 28,4Mtpa até 2028:

Projetos de Recuperação de Rejeitos de Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra)

Planta de Recuperação de Ultrafinos

Planta de Itabirito P15 e Planta P4

Porto - Fase 60 Mtpa

Detalhe dos Projetos de Expansão:

Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires, Barragem B4 e Casa de Pedra): expansões brownfield que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização.

Planta de Recuperação de Ultrafinos: recuperação de lama da planta central, que hoje vai para o rejeito, num baixo custo operacional. Estima-se que tal projeto propiciará um acréscimo de produção de 1 milhão de toneladas por ano.

Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4+, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril): mix de expansões brownfield e greenfield, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de pellet feed premium com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive pellet feed de redução direta).

Projetos de Expansão do TECAR: investimentos brownfield para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR em 3 fases (embarque de 60, 84 e 130 milhões de toneladas por ano).

No entendimento da Companhia, tais números não se tratam de projeções da Companhia, mas tão somente o limite de produção de suas instalações próprias em decorrência da execução de seu Plano de Negócios anunciado e não há expectativa concreta de que o volume de produção da Companhia efetivamente atingirá 108 milhões de toneladas por ano até 2032, pela natural incerteza do negócio de minério de ferro quando observado em prazos tão longos. Para informações sobre as estimativas de produção da Companhia, vide o item 11.1 deste Formulário de Referência.

Siderurgia

O plano de investimentos para os próximos anos prioriza projetos de investimentos correntes com ganhos de eficiência, como o revamp das coqueiras, sinterizações, alto forno, aciaria, decapagem, lingotamento, além de execução de projetos de segurança operacional, modernização tecnológica na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades.

Cimento

Para os próximos anos os investimentos da Companhia devem se concentrar em projetos como o coprocessamento, garantindo maior eficiência operacional, consumo de combustíveis alternativos e menor emissão de gases do efeito estufa, e manutenção da capacidade produtiva e a segurança operacional das unidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba e CSN Cimentos Brasil.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Sociedade constituída com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. e operar a antiga Malha Nordeste. Possui concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os investimentos planejados são projetos de investimentos correntes e modernização da infraestrutura de via permanente, material rodante e gestão operacional, a fim de aumentar a competitividade da ferrovia e atrair novos volumes de carga.

Portos (Tecon)

O terminal de contêineres (Tecon), administrado pela Sepetiba Tecon S.A., companhia controlada pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port). Segundo a ABRATEC- Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público, o Tecon está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

O Tecon foi expandido com a implantação do projeto de equalização do berço 301, proporcionando um cais contínuo para operação simultânea de navios de grande porte. Com esse projeto a capacidade do terminal foi elevada para cerca de 440 mil contêineres por ano.

Os investimentos planejados estão priorizados para projetos de investimento corrente, visando modernização operacional.

Fontes de Financiamento dos Investimentos

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados e eventuais parcerias estratégicas.

c) novos produtos e serviços, indicando:

descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; projetos em desenvolvimento já divulgados; e

montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O conteúdo desse item faz menção a todos os subitens do item c).

A CSN é uma empresa comprometida em avançar em pesquisa e desenvolvimento para aprimorar continuamente seus produtos e processos, visando satisfazer as demandas do mercado e superar as expectativas dos clientes. Para isso, mantemos um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento estrategicamente localizado em Volta

Redonda, onde concentramos nossos esforços na criação de novos produtos e soluções siderúrgicas.

Nosso centro de pesquisa e desenvolvimento abrange 17 laboratórios avançados dedicados à realização de análises de propriedades físicas, químicas, mecânicas e metalográficas de nossos produtos siderúrgicos e outras ligas.

Ampliação do portfólio de produtos galvanizados da CSN para os segmentos da construção civil e distribuição nas classes de resistência de 500 e 550 MPa, permitindo redução do peso dos perfis nas obras e maior cobertura de vãos em silos de estocagem de grãos por exemplo.

Desenvolvimento dos aços galvanizados de alta resistência avançados Dual Phase e Complex Phase com limite de resistência mínimo de 800 a 1000 MPa para atendimento às demandas do mercado automotivo de redução de peso das carrocerias, com consequente redução de emissão de gases poluentes, e aumento da performance em segurança veicular. Além disso, ampliação da oferta do aço Dual Phase com limite de resistência mínimo de 600 MPa para maiores espessuras. Dentro do contexto do segmento automotivo, desenvolvimento e fornecimento ao mercado dos aços IF de alta resistência com limite de escoamento mínimo de 260 e 300 MPa.

Desenvolvimento de aço multifásico laminado a quente com altas taxas de expansão de furo e boa flangeabilidade para aplicação em componentes automotivos.

Ampliação do portfólio de aços microligados de alta resistência laminados a frio e revestidos para atendimento à construção civil, permitindo construções mais modernas e sustentáveis, atendendo às tendências globais da construção civil.

Desenvolvimento de aços avançados de alta resistência para o setor automotivo, de forma a atender as demandas do mercado e visando a ampliação de portfólio.

Desenvolvimento de aços microligados de alta resistência para indústria automotiva, com aplicação em componentes estruturais de veículos, visando ampliar o fornecimento aumentando assim o market share da CSN.

Desenvolvimento de especificação de aços laminados a frio extrafino para aplicações que apresentam requisitos de superfície brilhante.

Novas especificações homologadas de produtos de aço laminados a quente, laminados a frio e galvanizados para atender a requisitos de projetos globais das montadoras.

Otimização de liga de aço médio carbono ao boro, produto que se destaca pela ótima conformabilidade e alta temperabilidade, ampliando o portfólio de produtos para relaminação e implementos agrícolas.

Consolidação no mercado dos aços laminados a quente e galvanizados de alta resistência para aplicação em estruturas de painéis fotovoltaicos em atendimento à crescente demanda do segmento de energia fotovoltaica.

Desenvolvimento de novas cores de aço pré-pintado para atendimento a linha branca e construção civil.

Desenvolvimento de bobina cromada, folha metálica, para aplicações em latas de duas peças, com característica de maior conformabilidade.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação em aplicação de nanotecnologia de grafeno para aprimorar o desempenho dos aços CSN.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Jornada de Descarbonização da CSN – separada nos segmentos de Siderurgia, Cimento e Mineração – é composta por três elementos fundamentais: metas de redução de emissão, indicadores específicos e *roadmaps* de descarbonização específicos.

Jornada de Descarbonização da Siderurgia

Na Siderurgia, a meta é de reduzir 20% das emissões de CO₂ até 2035 em uma jornada de três fases: Azul, Oliva e Verde. Na primeira, a Azul, estão previstos R\$ 5 bilhões em investimentos até 2030 – alguns dos quais já foram aportados em 2022, sobretudo para aprimorar a eficiência operacional da Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ). A Companhia investiu na recuperação da turbina de topo do Alto forno 3, para geração de energia elétrica; e reformas nas baterias de coque, o que vai aumentar a capacidade de produção de coque interno, melhorando a qualidade desse insumo usado na fabricação do aço com a finalidade aumentar a eficiência no Alto-Forno. Além disso, o avanço em investimento em inovação permitiu a antecipação de projetos previstos na fase Verde, como a injeção hidrogênio verde no alto forno da UPV por meio da tecnologia das UTIs já testadas em nossas operações de cimentos.

Jornada de Descarbonização de Cimentos

A CSN detém, no setor de Cimentos, um dos parques industriais mais eficientes do mundo na emissão de CO₂ por tonelada de cimento. Entre as iniciativas empreendidas no decorrer do 2023, destaca-se a injeção de quantidades controladas de hidrogênio verde para melhorar a queima de combustíveis no forno de clínquer nas Unidades de Montes Claros/MG e Caaporã e Alhandra/PB a partir da tecnologia da UTIS, replicando o processo que teve resultados positivos observados no ano anterior na fábrica de cimentos localizada em Arcos/MG, como queima mais estável, redução do consumo térmico/elétrico, melhora da qualidade do clínquer e diminuição da emissão de CO₂.

Em 2022, houve 8% de redução na intensidade das emissões em relação ao ano-base de 2020. Um dos grandes destaques do ano foi o início das operações do coprocessamento em Arcos que permitiu uma redução média de 50 kgCO₂e/t de cimento na unidade.

Jornada de Descarbonização da Mineração

Na Mineração, a meta é reduzir 30% das emissões até 2035, e se tornar carbono neutro até 2044.

Com a entrada da P15 (Planta de Itabirito), a mina de Casa de Pedra deve operar de forma mais eficientemente, com menor ROM e aumento significativo em sua produção. Há também a expectativa da entrada de novos projetos de descarbonização, o que deverá influenciar substancialmente a redução das emissões a partir de 2024.

Em 2022, a CSN Mineração deu início ao plano de eletrificação de sua frota de veículos de grande porte, ligada às operações de transporte de minério e rejeito na mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG), e dois Caminhões 100% elétricos com capacidade de 60 toneladas já estão em operação.

Em relação ao escopo 2 (emissões relacionadas ao uso de energia elétrica), a CSN Mineração é, desde 2020, alimentada em 100% por energia renovável. Ainda em 2022, o Grupo CSN adquiriu ativos de energia elétrica renovável que consolidam essa estratégia, pois conferem autossuficiência em geração de energia renovável para todo o Grupo, incluindo a CSN Mineração.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes foram identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

ANEXO II

Informações sobre os candidatos a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária

(conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Em atenção ao disposto no Art. 11 da RCVM 81/22, seguem abaixo as informações de acordo com os itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, naquilo que for aplicável a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas.

7. Assembleia geral e administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Indicados à eleição do Conselho da Administração por chapa única da pelo controlador:

Nome	Benjamin Steinbruch
Data de nascimento	28/06/1953
Profissão	Industrial
CPF ou número do passaporte	618.266.778-87
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Sim
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Conselho de Administração – 23/04/1993 Diretor Presidente – 30/04/2002
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta	

ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de abril de 1993, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho de Administração de abril de 1995 até abril de 2023. Ocupa ainda o cargo de Diretor Presidente da Companhia desde 30 de abril de 2002, sendo também responsável pela área institucional e participações minerárias e ferroviárias. Também é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., da CSN Cimentos S.A. e da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (empresas controladas da CSN), bem como Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação CSN. Atualmente, ocupa, ainda, o cargo de Presidente do Conselho de Administração nas empresas Textília S.A., Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários, Banco Fibra S.A., Elizabeth S.A. - Indústria Têxtil e Vicunha Steel S.A, bem como é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., membro do Conselho de Administração da Vicunha Participações S.A., Diretor da Rio Purus Participações S.A. e da Rio Iaco Participações S.A., administrador da Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril Ltda. (todas essas sociedades fazem parte do grupo controlador da CSN). É presidente do Conselho de Administração do Jockey Club de São Paulo e membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa. Nos últimos 5 anos, foi 1º Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Roberto Simonsen, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, membro do CCI - Conselho Consultivo Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - SP, com pós-graduação em Marketing e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - SP.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Benjamin Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Nome	Yoshiaki Nakano
Data de nascimento	30/08/1944
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	049.414.548-04
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria

Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	29/04/2004
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2004, e membro do Comitê de Auditoria desde 24 de junho de 2005, ocupando a função de Presidente do Comitê de Auditoria desde 30 de outubro de 2017. Atua também como membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A., (empresas controladas pela CSN). Além disso, atua como Diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 2003. Anteriormente, foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 5 (cinco) anos como (a) diretor ou empregado da Companhia, sua controladora, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas; e (b) sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho da auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência do exercício da função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.	
Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão	

final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Yoshiaki Nakano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Fabiam Franklin
Data de nascimento	28/06/1967
Profissão	Engenheiro Metalúrgico
CPF ou número do passaporte	899.230.907-44
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2016

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia desde 28 de abril de 2016 e de diretor de metalurgia não estatutário. Também é Presidente do Conselho Consultivo do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações desde 4 de abril de 2016 e Diretor de Metalurgia na Companhia desde maio de 2021. Anteriormente, foi Gerente Geral de Produção na Companhia, com passagens pelas unidades de Metalurgia de Redução, Metalurgia do Aço e Folhas Metálicas. Atuou, ainda, como membro do Conselho de Administração da ABM (Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração) de 2015 a 2017, e coordenou o Programa de Educação Financeira da CSN de 2008 a 2017. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), com especialização em Metalurgia de Redução pela MC Master University em

Ontário, Canadá, pós-graduação (MBA) em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte/MG e mestrado em Economia pelo IBMEC/RJ.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Fabiam Franklin declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Antonio Bernardo Vieira Maia
Data de nascimento	15/07/1959
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	510.578.677-72
Cargo eletivo ocupado	Membro Conselho de Administração Independente e membro do Comitê de Auditoria
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2013
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2013, e membro do Comitê de Auditoria desde 08 de agosto de	

2013, tendo ocupado a função de Presidente do Comitê de Auditoria de 06 de maio de 2014 até 30 de outubro de 2017. Também integrou o Comitê Financeiro da Companhia de 07 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2016. É Diretor Presidente da BRG Capital Ltda. desde julho de 2005. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração das empresas Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e CSN Mineração S.A. (controladas pela CSN) e Diretor do Credit Suisse / Banco Garantia de Investimentos S.A. de abril de 1995 a maio de 2005. Iniciou a carreira no Citibank Brasil como trainee em 1982 e mudou-se para o Citibank de Nova York em 1986, onde atuou como Analista de Investimentos Institucionais do Citigroup para a América Latina, até tornar-se Diretor do Citibank de Nova York. Foi associado do Banco Bozano Simonsen de Investimentos no período de agosto de 1979 a dezembro de 1981 e membro do Conselho do Banque Bénédict Hentsch & Cie SA, Geneva, Switzerland de abril a dezembro de 2006. Formado em Negócios e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 5 (cinco) anos como (a) diretor ou empregado da Companhia, sua controladora, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas; e (b) sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho da auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Antonio Bernardo Vieira Maia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Miguel Ethel Sobrinho
Data de nascimento	23/09/1946
Profissão	Engenheiro de Produção
CPF ou número do passaporte	332.816.028-00
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração Independente e membro do Comitê de Auditoria

Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2019
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 26 de abril de 2019, e membro do Comitê de Auditoria desde 03 de maio de 2019. Também atua como membro independente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A. (controlada pela CSN). É Diretor e acionista da Participa - Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., atuando como empresário e desenvolvedor de atividades que visam participações em shopping centers, projetos de energia hídrica e a gás e em redes de fast food. É formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mestre em Administração (MBA) pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, foi Professor de Análise de Investimentos e Projetos na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Curador e fundador da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo. Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 5 (cinco) anos como (a) diretor ou empregado da Companhia, sua controladora, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas; e (b) sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho da auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia	

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Miguel Ethel Sobrinho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Indicados à eleição do Conselho da Administração por eleição em separado ou pela adoção do voto múltiplo pelos minoritários:

Nome	Vanessa Rahal Canado
Data de nascimento	03/04/1981
Profissão	Advogada
CPF ou número do passaporte	291.331.698-02
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Vanessa Rahal Canado é membro do Comitê de Auditoria do Banco Fibra, consultora tributária da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, e coordenadora do Núcleo de Tributação e dos Cursos de Pós-Graduação e Educação Executiva em Direito

do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa, , além de já ter atuado como Assessora Especial do Ministro da Economia entre 2019 e 2021, também foi membro do Conselho Fiscal do fundo de investimento Endowment. Entre 2013 e 2019 atuou como coordenadora do Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade na Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Entre 2008 e 2020 foi professora da FGV, tanto na graduação, quanto na pós-graduação e mestrado profissional. Foi diretora e pesquisadora do Centro de Cidadania Fiscal entre 2017 e 2019. Ainda, atuou por 17 anos como Pesquisadora da FGV e foi sócia e advogada de renomados escritórios de advocacia.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Vanessa Rahal Canado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Wilfredo João Vicente Gomes
Data de nascimento	04/07/1969
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	591.561.989-49
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico;

e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Wilfredo João Vicente Gomes é Administrador de empresas, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina entre 1986/1990, e graduou-se em Finanças e Controladoria pela FEAN-SC. Em 1996, estudou na IES – *International School*, ligada à *New York University*. Em 2012, fez especialização em Governança Corporativa pela Fundação Dom Cabral e, na sequência, Especialização em formação de Conselheiros (2013). Toda essa formação alavancou a sua atuação em iniciativas e projetos nas áreas de Comunicação e Planejamento Estratégico. Desde 2003, no comando da *holding* Multicorp, que reúne as empresas OneWG Multicomunicação, maior agência de publicidade de Santa Catarina (CEO de 1986 a 2003 e Multicompany, que participa de empreendimentos imobiliários e fundos de participação. Atuou, também, como Conselheiro Independente da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) de 2014 a 2015, da AES Eletropaulo de São Paulo de 2016 a 2017, indicado pelos acionistas minoritários liderados pelo fundo Geração LPAR. Atualmente é membro do Conselho de Administração na BRADESPAR, onde também foi Conselheiro Fiscal, e foi Conselheiro Fiscal da Eternit S/A, e foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional. Com mais de 30 anos de atuação em gestão, administração e execução de projetos, obteve destaque ao dirigir diversas empresas, com diversas parcerias.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Wilfredo João Vicente Gomes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Indicados à eleição do Conselho Fiscal por eleição em separado pelos minoritários:

Nome	Paulo Roberto Evangelista de Lima
Data de nascimento	26/02/1957
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	117.512.661-68
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Titular
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica

Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Paulo Roberto Evangelista de Lima, Administrador, M.B.A – Formação para Altos Executivos no Banco do Brasil – Fundação Dom Cabral; Pós-Graduação Lato Sensu – Administração Financeira – IBMEC; Especialização em Gestão de Negócios – Fundação Dom Cabral; Curso de Governança Corporativa – USP. BANCO DO BRASIL S.A.(CARGOS DE GESTÃO):Coordenador de Equipe na Superintendência Estadual de Goiás - Responsável pela geração de negócios nas agências da região metropolitana de Goiânia, com a implementação de equipes de vendas para atuar agressivamente no mercado de 06/05/1991 A 06/04/1994 – Superintendente Estadual Adjunto da Superintendência do BB em Goiás – Responsável pela geração de negócios de todas as agências do BB em Goiás de 07/04/1994 A 28/02/1995; Superintendência Regional do BB em Goiânia-GO, Sorocaba-SP e na Capital de São Paulo – SP. Responsável pela coordenação de várias agências e núcleos responsáveis pela recuperação de créditos --de 01/03/1995 A 12/07/1999; Gerente Executivo da Diretoria de Controladoria - Responsável pela área de apuração de resultados de produtos, negócios e unidades - de 13/07/1999 A 25/06/2000; Gerente Executivo da Diretoria de Controles Internos do BB – de 26/06/2000 a 15/05/2007 – Responsável pela otimização de controles internos nas agências e unidades da Direção Geral, coordenação de 16 Núcleos Regionais de apuração da conformidade, localizados em diversas capitais, coordenação de relacionamentos com o Banco Central do Brasil por ocasião das inspeções, etc. Diretor Interino – Diretoria de Controles Internos do Banco do Brasil S.A. – 04/10/2005 A 31/12/2005 – Responsável pela administração de controles internos/compliance no Conglomerado Banco do Brasil. Diretor de Controles Internos do Banco do Brasil S.A. -- de 16.05.2007 até 07.07.2010; Diretor de Gestão de Riscos do Banco do Brasil S.A. – de 08.07.2010 a 29.01.2012– Responsável pela gestão e integração dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional do Conglomerado; Membro do Comitê Supervisor do Banco do Brasil no Japão - de Maio/2008 até Julho/2010; Conselheiro de Administração da Banco do Brasil Securities – Nova Iorque e Londres – de Agosto/2010 até Janeiro/2012; Membro do Comitê de Tecnologia do Banco do Brasil – de Agosto 2007 a Janeiro de 2012. Coordenador do Comitê de Riscos do Banco do Brasil - Julho 2010 a Janeiro de 2012. BANCO DE BRASILIA S.A. (CARGOS DE GESTÃO): Presidente do Banco de Brasília S.A. – de Janeiro/2013 a Outubro/2014. Membro do Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A. de janeiro/2013 a Outubro/2014. Presidente do Conselho de Administração	

da Cartão BRB S.A. no período de janeiro/2013 a Outubro/2014. Coordenador do Comitê de Tecnologia do Banco do Brasília S.A. – de Janeiro 2013 a Outubro de 2014. GOVERNANÇA – CORPORATIVA Conselheiro Fiscal da Rio Grande Energia em Porto Alegre – RS – Período de maio/2000 a abril/2001; Conselheiro Fiscal da CPFL Distribuição e CPFL Geração – Período de abril/2002 a abril/2004; Conselheiro de Administração da Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. de maio de 2008 a abril 2012, onde respondeu também pela coordenação do Comitê Jurídico e de Auditoria; Conselheiro Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – Período de julho/2002 a maio/2004; Conselheiro Fiscal da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - de fevereiro/2010 a Maio/2012; Conselheiro de Administração da Cadan – RJ – Período de abril/2002 a abril/2003; Conselheiro Fiscal da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.- Período de abril/2004 a abril/2006; Conselheiro Fiscal da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. de setembro 2016 a julho/2019. Conselheiro Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas de novembro 2016 até abril de 2018; Conselheiro Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional de Maio/2023 a abril/2024; Membro nato do Conselho Consultivo do Instituto de Ensino Bilingue Ltda. – Grupo Avidus School em Brasília – DF, desde junho/2018 até Dezembro/23; Membro nato do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil – FBB, desde setembro/2021 até Abril/2023; Membro da Comissão de Risco Operacional da CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos – representando o Banco do Brasil S.A. - de Janeiro 2004 a Julho de 2007. Membro do Comitê de Supervisão do Fundo Garantidor de Crédito – FGC – de setembro/2007 até Janeiro/2012; Membro da Comissão de Riscos da Federação Brasileira de Bancos – Febraban – desde julho/2010 até Janeiro/2012; Membro Titular da Comissão de Compliance da FEBRABAN – Dezembro/2007 a Janeiro/2012; Conselheiro Fiscal Certificado pelo Instituto de Governança Corporativa – IBGC - Outubro 2016; Sócio Participante para realização de serviços de consultoria e assessoria na condução de processo de aquisição de parte ou da totalidade do capital de Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em conjunto com JL RODRIGUES, CARLOS ÁTILA & CONSULTORES ASSOCIADOS S/S – de março de 2015 até Dezembro 2017. Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. – BB desde Abril/2019 até abril/2023. Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital – CORIS, do Banco do Brasil S.A., desde setembro/2019 até a presente data e Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade – COPREM, do Banco do Brasil, desde maio/2019 até maio/2023. Membro Nato do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil - FBB, desde setembro 2021 até abril/2023.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Roberto Evangelista de Lima declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Marcos Aurélio Pamplona da Silva
Data de nascimento	10/07/1969
Profissão	Advogado
CPF ou número do passaporte	732.739.379-04
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Advogado, Formado pela UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) Direito em 12/2004; aprovado no exame da ordem dos advogados de Santa Catarina (OAB/SC) em 01/2005; Pós-graduado em desenvolvimento Gerencial pela ESAG – 1997; Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em 12/2008; Especialização em Direito Comercial pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – 2010; Gerente Comercial regional Florianópolis da distribuidora Polipetro Comércio de Combustíveis Ltda (atual Alesat) – 2003/2006; Diretor de Segurança Cidadã da Secretária de Segurança Pública de Santa Catarina out/2007/abril/2010; Coordenador Geral da Primeira Conferência Estadual de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – abril/2009; Membro nato da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública jun/2009; Diretor de Capacitação e Gestão de Pessoas da Secretária de Segurança Pública de Santa Catarina abril/2010/dez/2010; Gerente do Contencioso Administrativo do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2011/2018; Diretor Jurídico Substituto do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2011/2018; Assessor Jurídico do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2019; Consultor Jurídico da Gaspart S/A; Consultor Jurídico do Grupo TKW Transportes Ltda.; CEO da empresa Kuerten e Pamplona Consultoria Empresarial Ltda desde 1995, consultor de diversas	

empresas na área jurídica. É conselheiro do Comitê de Auditoria Estratégico da CELESC (2024-2026), É Conselheiro Fiscal suplente da Bradespar (2024-2025), foi Conselheiro Fiscal da Bradespar (2023-2024) e foi Conselheiro Fiscal da Braskem S.A. (2022-2023).

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcos Aurélio Pamplona da Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Andrea Maria Meirelles de Menezes
Data de nascimento	01/08/1961
Profissão	Empresária
CPF ou número do passaporte	100.776.248-90
Cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal Titular
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Andrea Menezes possui ampla experiência como executiva no setor financeiro e mais recentemente como conselheira de empresas. É especialista em finanças, estratégia, ESG e inovação. Exerce desde 2023 cargo de conselheira de administração e comitê de

auditoria das Lojas Marisa. Foi conselheira de administração do Banco Fibra por 4 anos e executiva estatutária de várias instituições financeiras. É conselheira certificada pelo IBGC, possui MBA em ESG (IBMEC) e Relações Governamentais (FGV), além de ser Mestre em Ciências (física) pela USP.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Andrea Menezes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	João Alberto Pinho de Camargo
Data de nascimento	08/09/1974
Profissão	Administrador
CPF ou número do passaporte	246.261.588-11
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
Data da eleição	30/04/2025
Data da posse	30/04/2025
Prazo do mandato	Até a data da AGO de 2026
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

O Sr. João possui experiência de mais de 25 anos na área financeira em multinacionais de Grande porte

como Ericsson e Pirelli. Atualmente, atua como Diretor Financeiro no setor de agronegócio em uma trading exportadora com faturamento superior a R\$ 7 bi, sendo responsável por toda área financeira e relação com o mercado, principalmente com bancos locais e internacionais (bancos na China e Singapura), auditoria externa para elaboração das Demonstrações Financeiras, escritórios tributários, Governo, grandes fornecedores e clientes no exterior.

Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. João Alberto Pinho de Camargo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A informação é fornecida no item anterior.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor.

Não se aplica.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CSN Cimentos Brasil S.A.	60.869.336/0001-17	Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CSN Cimentos Brasil S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	CBSI - Companhia Brasileira De Serviços De Infraestrutura	13.623.957/0001-36	Filha (1º grau por consanguinidade)
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da CBSI - Companhia Brasileira De Serviços De Infraestrutura.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Felipe Steinbruch	228.138.728-30	Circula Mais Serviços de Intermediação Comercial S.A.	44.690.357/0001-14	Filho (1º grau por consanguinidade)

O Sr. Felipe Steinbruch é membro da Diretoria da Circula Mais Serviços de Intermediação Comercial S.A.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Felipe Steinbruch	228.138.728-30	CSN Inova Soluções S.A.	41.934.636/0001-98	Filho (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Felipe Steinbruch é membro da Diretoria da CSN Inova Soluções S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Felipe Steinbruch	228.138.728-30	CSN Inova Ventures	47.937.876/0001-22	Filho (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Felipe Steinbruch é membro da Diretoria da CSN Inova Ventures				

c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Não se aplica.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36	
A Sra. Elisabeth Steinbruch Schwarz é Vice-presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	Vicunha Aços S.A.	04.213.131/0001-08	
A Sra. Elisabeth Steinbruch Schwarz é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				

Pessoa relacionada				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36	
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	Vicunha Aços S.A.	04.213.131/0001-08	
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Rio Iaco Participações S.A.	06.990.482/0001-50	
A Sra. Victoria Steinbruch é Diretora Presidente da Rio Iaco Participações S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Rio Purus Participações S.A.	60.078.060/0001-59	
A Sra. Victoria Steinbruch é Diretora Superintendente da Rio Purus Participações S.A.				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Companhia Siderúrgica Nacional	33.042.730/0001-04	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Victoria Steinbruch	228.138.758-56	Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36	
A Sra. Victoria Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A.				

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-

Presidente do Conselho de Administração
Observação
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Miguel Ethel Sobrinho	332.816.028-00	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Miguel Ethel Sobrinho é membro efetivo independente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Miguel Ethel Sobrinho	332.816.028-00	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Membro Independente do Conselho de Administração			
Observação			

O Sr. Miguel Ethel Sobrinho é membro efetivo independente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Yoshiaki Nakano	049.414.548-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Membro Independente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Yoshiaki Nakano é membro efetivo independente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Enéas Garcia Diniz	657.575.057-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo sem designação específica			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Enéas Garcia Diniz é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo sem designação específica			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Angélica Maria de Queiroz	592.216.667-00	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Membro do Comitê de Auditoria			
Observação			
A Sra. Angélica Maria de Queiroz é membro do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A, que é fornecedora e controlada da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ		Tipo de pessoa relacionada
------	----------	--	----------------------------

		Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	
Administrador do emissor ou controlada			
Antonio Marco Campos Rabello	560.381.355-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores, responsável pelas áreas de tesouraria, controladoria, tributária e de contabilidade.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Equimac S.A.	34.844.289/0001-47	-	-
Diretor Administrativo-Financeiro			
Observação			
O Sr. Antonio Marco Campos Rabello é Diretor da Equimac S.A, que é controlada em conjunto pela Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo responsável pelas áreas de seguros, crédito e patrimônio.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21	-	-
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Itá Energética S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			

Luis Fernando Barbosa Martinez	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo, responsável pelas áreas comerciais e de logística e dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77	-	-
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., que é fornecedora e controlada em conjunto pela Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo sem designação específica			
<u>Pessoa relacionada</u>			
MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77	-	-
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., que é fornecedora e controlada em conjunto pela Companhia.			
Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo sem designação específica			

<u>Pessoa relacionada</u>			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31	-	-
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Luis Fernando Barbosa Martinez	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo, responsável pelas áreas comerciais e de logística e dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31	-	-
Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é fornecedora e controlada em conjunto pela Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo responsável pelas áreas de seguros, crédito e patrimônio.			
<u>Pessoa relacionada</u>			

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31	-	-
Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é Membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Luis Fernando Barbosa Martinez	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo, responsável pelas áreas comerciais e de logística e dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	-
Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é fornecedora e controlada em conjunto pela Companhia.			
Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo responsável pelas áreas de seguros, crédito e patrimônio.			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	-
Membro suplente do Conselho de Administração			

Observação
O Sr. David Moise Salama é Membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada			
--	--	--	--

Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------------------	-------------------

Diretor Executivo sem designação específica			
---	--	--	--

<u>Pessoa relacionada</u>			
---------------------------	--	--	--

Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	-
--------------------------------	--------------------	---	---

Presidente do Conselho de Administração			
---	--	--	--

Observação

O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é Presidente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
------	----------	---	----------------------------

Administrador do emissor ou controlada			
--	--	--	--

Yoshiaki Nakano	049.414.548-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
-----------------	----------------	----------------------	-------------------

Membro Independente do Conselho de Administração			
--	--	--	--

<u>Pessoa relacionada</u>			
---------------------------	--	--	--

Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	-
--------------------------------	--------------------	---	---

Membro do Conselho de Administração			
-------------------------------------	--	--	--

Observação

O Sr. Yoshiaki Nakano é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Vicunha Aços S.A.	04.213.131/0001-08	-	-
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., que é controladora direta da Companhia.			

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Vicunha Steel S.A.	04.169.992/0001-36	-	-
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., que é controladora indireta da Companhia.			

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do emissor ou controlada			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	-
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é fornecedora e controlada da Companhia.			

ANEXO III

Informações sobre a Remuneração dos Administradores

(conforme item 8 do Anexo C da RCVM nº 80/22)

Data-Base: 31.12.2024

8 – Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalizada. Contudo, a prática de remuneração da Companhia tem por objetivo (i) alinhar os interesses dos administradores e colaboradores e os interesses da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar administradores e colaboradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iv) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, tempo de dedicação e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores e colaboradores.

A Companhia adota as práticas abaixo mencionadas:

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade entre a remuneração oferecida e a responsabilidade exercida/tempo de dedicação do cargo. O Conselho de Administração estabelece diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Conselho Fiscal

A Companhia tem como prática quanto disposto na legislação aplicável e a remuneração é fixada pela assembleia-geral que elege o Conselho Fiscal.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando as atribuições do Comitê de Auditoria.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos casos em que a remuneração da administração é fixada em valor global pela Assembleia Geral, conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é o responsável pela alocação da remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria e cabe ao Presidente do Conselho de Administração estabelecer a remuneração da Diretoria Executiva, seguindo as práticas mencionadas no item 8.1.a.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São elaborados estudos de prática de mercado por consultorias especializadas em remuneração. A metodologia utilizada é da empresa Korn Ferry Hay Group com painéis de empresas específicos como critério de comparação com abrangência nacional.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a

adequação da política de remuneração da Companhia.

Conforme necessidade são submetidas à apreciação do Presidente do Conselho de Administração estudos para avaliação e eventuais adequações das práticas de remuneração.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga, em que todos os membros recebem o mesmo valor, podendo, eventualmente o conselho de administração definir valores diferenciados devido ao exercício de suas funções.

Os membros do Conselho de Administração que também fazem parte do Comitê de Auditoria, recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

Conselho Fiscal

No caso do Conselho Fiscal a remuneração mensal de cada membro em exercício segue a determinação legal, especificamente o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária da CSN, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e bônus* com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

* Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada, em função do reconhecimento de trabalhos específicos ou projetos, e está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente objetivo ou projeto atribuídas ao Diretor Estatutário.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e *Check Up* Anual. O Diretor Presidente tem direito a helicóptero e a 2 veículos blindados.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e benefícios diretos e indiretos. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição, *Check Up* Anual e Bonificação de férias voluntárias.

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

(ii) seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A prática de remuneração tem por objetivo manter a remuneração de seus profissionais competitiva frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que lhe permitam atingir os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

(iii) a proporção de cada elemento na remuneração total;

A proporção dos elementos de remuneração total, segue conforme abaixo:

No caso do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, a remuneração global fixa em geral representa 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

(iv) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores da Companhia são compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, tempo de dedicação e competitividade ao mercado de trabalho referencial, atendendo

as estratégias da Companhia. Hoje o tema ESG se solidifica na empresa, desta forma existe internamente a possibilidade de análise de um estudo para desenvolvimento de indicadores ao tema vinculado a remuneração.

(v) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração e Fiscal:

A remuneração fixa do Conselho de Administração e Fiscal é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de pagamento de bônus, conforme mencionada no item 8.1.c(i).

Os elementos de remuneração estão definidos em contrato de cada Diretor Estatutário, definida no início do mandato e podendo ser renegociada se for o interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não-Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Benefícios diretos e indiretos.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de mercado executivo.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(vi) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

CONSELHO FISCAL: remuneração fixa com base no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, conforme disposição legal.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração de bônus atrelada aos resultados da empresa.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(vii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	9	3	23
Nº de membros remunerados	11	9	3	23
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.424.112,00	25.217.897,05	1.581.951,56	31.223.960,62
Benefícios direto e indireto	0	2.411.301,34	0,00	2.411.301,34
Participações em comitês	1.080.000,00	0	0	1.080.000,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	70.811.565,37	0,00	70.811.565,37
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0	1.324.777,50	0,00	1.324.777,50
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0

Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".	1O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".		
	Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
	Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros	Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50		
	Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros	membros		
		Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros		
	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros			
	Obs: Valores não incluem encargos	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros		
		Obs: Valores não incluem encargos		
	Total da remuneração	5.504.112,00	99.765.541,26	1.581.951,56

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº total de membros	5	7,9	3	16
Nº de membros remunerados	5	7,9	3	16
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	19.377.727,69	645.936,83	21.103.664,52
Benefícios direto e indireto	0	561.113,96	0,00	561.113,96
Participações em comitês	540.000,00	0	0	540.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0
Remuneração variável				0
Bônus	0	37.262.216,83	0,00	37.262.216,83
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	813.662,81	0,00	813.662,81
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13".		
	Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
	Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros	Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50		
	Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros	membros		

		Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros		
	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros			
	Obs: Valores não incluem encargos	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros		
		Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remuneração	1.620.000,00	58.014.721,29	645.936,83	60.280.658,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	6,1	3,0	14,1
Nº de membros remunerados	5,0	6,1	3,0	14,1
Remuneração fixa anual	0,00			0,00
Salário ou pró- labore	1.620.000,00	15.017.416,01	644.746,64	17.282.162,65
Benefícios direto e indireto	0	602.576,81	0	602.576,81
Participações em comitês	540.000,00	0	0	540.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	33.740.541,59	0	33.740.541,59
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0

Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	450.426,94	0	450.426,94
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13". Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019. Obs: Valores não incluem encargos	¹O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13". Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019. Obs: Valores não incluem encargos	¹O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13". Remuneração dos administradores (seção 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019. Obs: Valores não incluem encargos	
Total da remuneração	2.160.000,00	49.810.961,35	644.746,64	52.615.707,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	5	7	3	15
N� de membros remunerados	5	7	3	15
Remuneração fixa anual	0,00			0,00
Salário ou pr�-labore	1.080.000,00	13.519.466,00	642.960,00	15.242.426,00
Benefícios direto e indireto	0	134.568,00	0	134.568,00

Participações em comitês	480.000,00	0	0	480.000,00
Outros	0,00	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	27.523.591,12	0	27.523.591,12
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	266.955,48	0	266.955,48
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0,00	0	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13". Remuneração dos administradores (se��o 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N�� 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros			
	O número de membros de cada ��rg�o corresponde a média anual do número de membro de cada ��rg�o apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item "10.2.13". Remuneração dos administradores (se��o 13)" do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N�� 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50			

	Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: membros 96/12 meses = 8,00 membros			
		Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros		
	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros			
	Obs: Valores não incluem encargos	Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros		
		Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remuneração	1.560.000,00	41.444.580,60	642.960,00	43.647.540,60

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	7,00	N/A	7,00
Nº de membros remunerados	N/A	7,00	N/A	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 83.678.621	N/A	R\$ 83.678.621
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 69.732.184	N/A	R\$ 69.732.184
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 52.996.460	N/A	R\$ 52.996.460
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	6,00	N/A	6,00
Nº de membros remunerados	N/A	6,00	N/A	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 66.049.999,85	N/A	R\$ 66.049.999,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 55.041.666,54	N/A	R\$ 55.041.666,54
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 33.740.541,59	N/A	R\$ 33.740.541,59
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício social corrente (2024) Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	7,9	N/A	7,9
Número de membros remunerados	N/A	7,9	N/A	7,9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	63.878.086,00	N/A	63.878.086,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	53.231.738,33	N/A	53.231.738,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	37.262.216,83	N/A	37.262.216,83
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício social corrente (Previsto 2025) Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	9,0	N/A	9,00
Número de membros remunerados	N/A	9,0	N/A	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	70.811.565,37	N/A	70.811.565,37
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	59.009.637,81	N/A	59.009.637,81
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados

divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os membros da Administração eram titulares das seguintes ações ordinárias, quotas e/ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia ou de seus controladores e/ou controladas, diretas e/ou indiretas.

		Ações	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Companhia Siderúrgica Nacional	Emissor	Ações Ordinárias	501.002*	0	0	501.002
CSN Mineração	Controlada	Ações Ordinárias	1.500	0	0	1.500
Vicunha Aços S.A.	Controlador Direto	Ações Ordinárias	0	0	0	0
Rio Iaco Participações S.A.	Controlador Direto	Ações Ordinárias	0	0	0	0
Vicunha Steel S.A.	Controlador Indireto	Ações Ordinárias	0	0	0	0
Rio Purus Participações S.A.	Controlador Indireto	Ações Ordinárias	0*	0	0	0

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria Executiva que também integram o Conselho de Administração

**Além das ações indicadas no quadro acima, membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também detém 24.303.570 cotas do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações, o qual detém ações da Companhia.

***Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Sr. Benjamin possuía direito a aproximadamente 1/3 (um terço) do inventário do Espólio de Dorothéa Steinbruch, o que, nesta data, lhe outorgaria direito sobre (i) 1/3 (um terço)

das ações ordinárias de emissão da Rio Purus Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothéa Steinbruch; e (ii) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Iaco Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothéa Steinbruch.

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros (1)	1	7
Nº de membros remunerados	-	-
Nome do plano (2)	Plano Misto de Benefício Suplementar	Plano Misto de Benefício Suplementar e Plano de Benefícios CBSPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	4
Condições para se aposentar antecipadamente	O benefício da aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível no sistema interno de informação da Companhia, bem como aprovado pelo PREVIC e publicado no Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.	

Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.547.959,52	R\$ 5.791.718,27
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 41.845,94	R\$ 601.861,95
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefício na CBS	

- 1) Diretores Estatutários participantes do plano, em 31/12/2024
- 2) O Plano Misto de Benefício Suplementar está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, enquanto o Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022
Nº de membros	7.9	6.0	6.7	5.0	5.0	5.0	3.0	3.0	3.0
Nº de membros remunerados	7.9	6.0	6.7	5.0	5.0	5.0	3.0	3.0	3.0
Valor da maior remuneração(Reais)	7,356,599.24	7,072,811.97	5,680,688.00	216,000.00	396,000.00	396,000.00	214,320.00	214,320.24	223,907.00
Valor da menor remuneração(Reais)	718,145.85	136,882.72	627,699.00	216,000.00	216,000.00	216,000.00	71,440.00	71,440.00	223,907.00
Valor médio da remuneração(Reais)	2,153,080.85	2,145,345.14	1,931,352.00	216,000.00	324,000.00	324,000.00	161,484.21	161,186.66	223,907.00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

Diretoria e Conselho de Administração	
31/12/2024	Os cálculos de remuneração para a Diretoria Estatutária e para o Conselho de Administração, contemplam o valor da remuneração fixa. Dessa forma, o valor médio da remuneração anual de cada órgão deverá corresponder à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	13,85%	56,14%	N/A
	2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	10,00%	59,96%	N/A
	2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	20,00%	56,83%	N/A
	2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	9,09%	40,55%	N/A

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social

corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 612.000,00	N/A	R\$ 199.590,48	R\$ 811.590,48
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 612.000,00	N/A	R\$ 258.361,92	R\$ 870.361,92
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 612.000,00	N/A	R\$ 258.361,92	R\$ 870.361,92
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Projeção 2025 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
*Controladas da Companhia	R\$ 984.123,43	N/A	R\$ 265.860,00	R\$ 1.249.983,43
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.